



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 37 - Nº 735 - DE 16 A 29 DE MARÇO DE 2025 - R\$ 5,00



## **Multipolaridade da crise mundial**

**Guerra comercial desfechada por Trump  
agrava os choques entre as potências**

### **Ucrânia**

**Não à "paz" ditada por Trump!  
Por uma paz sem anexação!**

**Pelo fim da intervenção do Estado  
sionista na Faixa de Gaza!**

**Pelo direito do povo palestino à  
autodeterminação!**

## **Governo Lula está a serviço do grande capital**

**Diante da elevação do custo de vida, responder  
com o programa de reivindicação e com os  
métodos de luta da classe operária**



**33 anos da  
liquidação da URSS**

*Documentos do POR demonstram as formulações  
sistemáticas em defesa das conquistas da Revolução Russa*

# Multipolaridade da crise

## *Construir a unidade da classe operária internacional sob o programa da revolução socialista*

Nas últimas semanas, afloraram inúmeros sintomas da crise mundial. Observam-se os acontecimentos da desagregação política na Alemanha com a derrota de Olaf Scholz do Partido Social-Democrata (SPD) para Friedrich Merz do União Democrata Cristã (CDU); em Portugal a queda do 1º Ministro Luís Montenegro do Partido Social Democrata (PSD), na Romênia, a cassação da candidatura independente de Calin Georgescu; no Canadá, a renúncia do 1º Ministro Justin Trudeau do Partido Liberal (PL), dando lugar à ascensão de Mark Carney, do mesmo partido; na Geórgia, o prolongamento das manifestações contestando os resultados das eleições de outubro de 2024, radicalizando-se em janeiro de 2025; na Coreia do Sul, o avanço da crise governamental iniciada em dezembro com a prisão do presidente Yoon Suk-yeol do Partido do Poder Popular; nas Filipinas, a prisão do ex-presidente Rodrigo Duterte pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) causou divisões na população. Na África, o mais recente conflito armado vem abalando o Congo. A região do Sahel tem sido pródiga em guerras civis. Na América Latina, cresce a instabilidade nos governos da Argentina, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Peru, El Salvador e Haiti.

A eleição de Trump, nos Estados Unidos, certamente, foi o acontecimento mais significativo que expressa os terremotos que vêm abalando o capitalismo mundial desde as décadas de 1970 e 1980. O declínio dos Estados Unidos e a ascensão da China estão no centro dos acontecimentos do último período aberto pela crise econômica, que explodiu nos Estados Unidos em 2008.

A multiplicidade e amplitude internacional dos choques econômicos, sociais e militares indicam o avanço do processo de desintegração da ordem capitalista estabelecida desde o final da Segunda Guerra Mundial e regida pelo imperialismo norte-americano.

A guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, superou os marcos anteriores, que foram definidos pela guerra do Vietnã concluída em 1975 e a guerra no Iraque de 2003 a 2011. A particularidade está em que envolve a aliança dos Estados Unidos e potências europeias contra a Rússia em torno à Ucrânia. Sua transcendência corresponde a um confronto entre potências nucleares. Esse foi o fator que dissuadiu uma intervenção direta da OTAN contra a Rússia. A aliança imperialista, sem dúvida, é mais poderosa do ponto de vista econômico e militar. Eis por que a sombra de uma guerra envolvendo os mais poderosos detentores do armamento nuclear trouxe o espectro de uma terceira guerra mundial, cujas consequências para a Europa e o mundo foram medidas pela experiência de Hiroshima e Nagasaki.

Para agravar os choques entre as forças econômicas e militares, que têm emergido da desintegração do capitalismo, sobreveio a intervenção do Estado sionista de Israel com o apoio dos Estados Unidos na Faixa de Gaza. A possibilidade de a guerra se generalizar no Oriente Médio, colocando frente a frente Estados Unidos, Israel e Irã, confluiu com os perigos do alastramento para a Europa da guerra que se desenvolve na Ucrânia. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos estiveram presentes em todas as guerras, ora diretamente, ora indiretamente.

A Faixa de Gaza foi destruída, a Cisjordânia submetida mais duramente à intervenção anexadora, o Líbano atacado, o Iêmen, Irã e Síria bombardeados. Em particular, o governo da Síria foi derrubado pelas forças favoráveis à reação pró-imperialista. A guerra de Israel contra o povo palestino tem modificado as relações internas no Oriente Médio em favor do domínio norte-americano. Está ainda em pé o objetivo de guerra contra o Irã.

A derrota e o enfraquecimento da resistência antissionista na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Líbano e Síria favorece o cerco dos Estados Unidos ao regime nacionalista iraniano, que por razões conjunturais se aproximou da Rússia e da China.

A derrota eleitoral de Biden ocorreu sob a perspectiva da burguesia norte-americana realizar uma mudança drástica na política

externa. Trump não surpreendeu com o recrudescimento da guerra comercial, que no governo Biden se limitava à China e Rússia. Também deixou claro que mudaria a diretriz do apoio à guerra na Ucrânia e da relação com a Rússia. Quanto ao Oriente Médio, foi mais incisivo ainda no apoio ao Estado sionista de Israel e no objetivo de apertar o cerco ao Irã. O novo chefe do imperialismo aproveitou a destruição da Faixa de Gaza e a mortandade dos palestinos para impor um acordo de cessar fogo, que tem por objetivo anexar definitivamente tanto a Faixa de Gaza quanto a Cisjordânia.

Trump ofereceu a Putin um acordo, segundo ele, para pôr fim à guerra na Ucrânia. Depois de três anos de confronto, alimentado pela aliança imperialista com dinheiro e armamento, a Ucrânia se acha arruinada e próxima da derrota. É nessas circunstâncias que Trump se utiliza da guerra montada por Biden para fazer da Ucrânia uma moeda de troca com a Rússia. Para isso, admitiu um acordo que incluísse a anexação do território ucraniano ocupado pelas tropas russas. E exigiu do Estado ucraniano a entrega das fontes minerais e das terras raras de alto valor estratégico. Sob o governo Trump, os Estados Unidos admitiram que a guerra estava perdida, que não poderia modificar esse curso porque implicaria a intervenção direta da OTAN e, assim, o início da terceira guerra mundial.

Essa mudança de posição levou à quebra da aliança europeia montada por Biden. A União Europeia e a Inglaterra se ressentiram por ficarem à margem das negociações de Trump com Putin. Chegou-se a aventar a possibilidade de dissolução da OTAN e o início de um novo período de rearmamento da Europa. É nesse ponto que se encontram as divergências na órbita do imperialismo. A guerra comercial estendida à Europa acentua as mudanças nas relações mundiais, que tendem a maiores confrontações. De forma que as tendências bélicas vêm se agigantando em razão das contradições econômicas do capitalismo em decomposição.

A reunião dos representantes norte-americanos com os ucranianos, na Arábia Saudita, em 11 de março, mostrou que haverá mais dificuldades do que facilidades para se chegar a um acordo de “paz” ditado pelos Estados Unidos. A Rússia, vencedora da guerra, não poderá sair como perdedora. E os Estados Unidos como avalista de uma guerra derrotada não poderão sair como perdedores. A Ucrânia terá de arcar com o peso de um acordo que lhe é imposto por cima. A Europa quer participar nas negociações, de forma que possa também tirar algum proveito. Reclama a participação em nome da segurança europeia contra um suposto expansionismo russo. A indústria militar é a que mais vantagem tem obtido.

Não se sabe ainda até que ponto Trump poderá impor sua estratégia de defesa da hegemonia norte-americana, que implica uma confrontação aberta com a China. Esse adversário é o que pode oferecer maior capacidade de resistência econômica. Ampliou no último período seu poderio militar. Se os Estados Unidos equacionam a guerra da Ucrânia, terão como concentrar o esforço da guerra comercial e fortalecer a escalada militar no Indo-Pacífico. E alcançarão melhores condições para recrudescer o cerco ao Irã e permitir à Israel progredir em sua estratégia de anexação do território palestino. Trump acaba de ordenar ataques esmagadores ao Iêmen.

Com a queda do governo Bashar al-Assad, na Síria, reduziu-se enormemente a capacidade de resistência do Irã. O reflexo sobre o Líbano resultou em recuo do Hezbollah. A Rússia e a China se viram obrigadas a se colocar mais na condição de observadoras do que participantes da resistência encabeçada pelo Irã. É nesse marco que Trump se encontra engrandecido para impor um novo curso à guerra na Ucrânia.

O fundamental, porém, está em que a resposta da classe operária e da maioria oprimida ainda se encontra retraída. A luta de

classes em toda a parte vem se potenciando, mas limitada às questões econômicas e às disputas interburguesas em torno ao poder do Estado. Em grande medida, essa retração reflete a profunda e ampla crise de direção revolucionária. Em outras palavras, a inexistência de partidos marxista-leninista-trotskistas enraizados no proletariado.

O que não quer dizer que a classe operária, como classe revolucionária, não tenha seu programa e sua política para as guerras. O seu fundamento programático, comprovado historicamente pelas duas guerras mundiais, é o da transformação das guerras de dominação em guerras de libertação. É por essa via que a classe operária e sua vanguarda consciente combate sob a estratégia da revolução social.

Diante da guerra travada pelo Estado sionista e pelos Estados Unidos contra o povo palestino e a resistência das nações oprimidas à dominação imperialista, se colocam a defesa da autodetermi-

nação e o fim de toda a anexação. Nesse terreno, está posta a unidade dos explorados do Oriente Médio para varrer a dominação imperialista e acabar com o terror sionista.

Em particular, diante da guerra na Ucrânia está posta a bandeira de não à “paz” de Trump, e por uma paz sem anexação, que acabe com a guerra, impeça o cerco da OTAN à Rússia e garanta a autodeterminação e a unidade territorial da Ucrânia. Certamente, a luta por uma paz sem anexação implica unir a classe operária ucraniana, russa e europeia. Se assim não ocorrer, a maior probabilidade é a de que a paz resulte da barganha entre Trump e Putin, cujo resultado será o de partilha e saque da Ucrânia. Essa solução não eliminará as causas que levaram à guerra.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se coloca frontalmente contra a paz imperialista e combate sob a bandeira da paz sem anexação.

## Alta inflacionária

### *Responder com o programa de reivindicação e com os métodos de luta da classe operária*

Os assalariados - principalmente os milhões que sobrevivem com um a menos de um salário mínimo - são as grandes vítimas da alta do custo de vida. Em geral, tem havido o empobrecimento da maioria que garante sua existência vendendo a sua força de trabalho.

A inflação é um mecanismo do capitalismo que protege os interesses da classe burguesa e descarrega os desequilíbrios econômicos sobre a maioria explorada. Os preços médios sobem e os salários médios descem, relativamente. Eis uma constatação geral: “Desde o início da pandemia, o preço da alimentação no domicílio aumentou em média 58,5%, ante um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 34,8% e uma variação dos salários de 42,7%.” Aí está retratado que as grandes vítimas são os explorados que perdem capacidade de compra do fundamental para a existência.

Com a inflação em geral e com alta dos preços dos alimentos e produtos necessários à casa (água, eletricidade etc.), em particular, os capitalistas se protegem da crise econômica aumentando a taxa de exploração da força de trabalho. O mecanismo da alta dos preços e contenção dos salários resulta em expropriação dos trabalhadores.

Os ministros do governo Lula e os economistas de distintas tendências procuram mostrar que a disparada inflacionária tem por base vários fatores causais. Os críticos da política econômica assinalam o “consumo excessivo, ganância governamental (pacotes de bondades, Bolsa Família, Pé-de-Meia, saques no Fundo de Garantia, crédito consignado) e o déficit público” como causas. Os governistas apontam a “ganância dos atravessadores, valorização do dólar, alta excessiva das taxas de juros, desequilíbrio climático etc.”.

Os críticos exigem medidas de contrarreformas mais drásticas que conduzam ao superávit fiscal, reduzam a intervenção do Estado na economia, diminuam o assistencialismo e desacelerem a escalada da dívida pública. Essas linhas de forças expressam os conflitos interburgueses em torno à política econômica.

Lula tem cedido ao máximo à oposição impulsionada pelo capital financeiro e monopolista. Manteve as contrarreformas antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro; concluiu o processo da reforma tributária, promoveu o pacote fiscal que retroage a diretriz petista de valorização a conta-gotas do salário mínimo, limitou o assistencialismo do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida. Tudo indica que nos próximos meses a crise econômica irá se agravar, tanto devido às condições internas quanto aos impactos externos. É esperado que a guerra comercial lançada por Trump atinja amplamente a economia mundial, cujos reflexos nos países semicolônias serão extremamente danosos.

A ala reformista mais à esquerda está assustada com o grau de adaptação do governo Lula, de frente ampla, aos interesses dos credores e impulsionadores da dívida pública e da elevada taxa

Selic. Nada do que tem feito em benefício do capital parasitário, dos agroindustriais, dos latifundiários e dos monopólios multinacionais arrefeceu a ofensiva da oposição, tanto da que está instalada no próprio governo de frente ampla, quanto da que se declara inimiga do governo petista.

A classe operária, a camada da classe média urbana arruinada e os camponeses pobres logo viram que Lula dava continuidade à política anterior das contrarreformas. A desconfiança cresceu, no entanto, nas condições de aumento desenfreado da cesta básica, sobretudo da inflação que atingiu em fevereiro alimentos básicos como ovo (15,39%), café moído (10,77%) e energia elétrica (16,80%). Somente o café acumula uma alta de 20,25%. Em um ano, a inflação dos alimentos e bebidas atingiu a casa de 7%. O IPCA, nos doze meses, uma alta de 5,06%. O piso firmado como meta governamental é de 3% e o teto, de 4,5%. A taxa Selic teve elevação para 13,25%, e a previsão é de que logo terá mais um aumento de 1%, que significa um acréscimo da noite para o dia de mais de R\$ 50 bilhões.

A dívida bruta escalou às alturas, totalizando R\$ 8,98 trilhões, 76,1% do PIB. A relação entre o capital financeiro parasitário e a gigantesca dívida pública condiciona a política econômica de qualquer governo. Ergueu-se como um escoadouro do Tesouro Nacional, um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, uma arma do grande capital para impor as contrarreformas, um poderoso fator da alta inflacionária e da expropriação de parte dos salários.

Não por acaso, o adotado de Lula, Gabriel Galípolo, segue a linha deixada pelo ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Setores da agroindústria reclamaram da decisão de Lula de reduzir tarifas de importação de produtos agrícolas que incidem na alta inflacionária. E economistas da oposição vaticinaram o seu fracasso.

No final das contas, o problema está em quem arca com o aumento do preço das mercadorias. Os sindicatos estão amplamente subordinados ao governo Lula. Suas direções aguardam o resultado das ações governamentais, sabendo que os preços dos alimentos, energia, saúde, educação etc. estão pesando brutalmente sobre as costas dos trabalhadores. Sabem perfeitamente que, segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo necessário é de R\$ 7. 229,32. Escondem das massas o seu colaboracionismo burguês com a bandeira de defesa do governo Lula contra a ultradireita. Vêm apoiando o continuísmo das contrarreformas e as novas medidas antioperárias. Os burocratas sindicais estão desesperados com a reprovação da imensa maioria dos explorados ao governo petista. E temem qualquer mobilização em defesa das suas condições de vida.

Está posta a luta em três frentes interligadas: 1) defesa do programa de reivindicação dos trabalhadores; 2) enfrentamento à política de conciliação de classes das direções sindicais e pela in-





dependência do movimento operário e popular; 3) combate às medidas antinacionais e antipopulares, organizando desde as bases a oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.

Diante da alta do custo de vida, a luta se dá sob as bandeiras: reposição das perdas salariais; escala móvel dos salários (reajuste automático); salário mínimo vital; empregos a todos; revogação de todas as contrarreformas antinacionais e antipopulares e não pagamento da dívida pública.

## **Com uma mão, Lula alimenta ilusões democráticas às mulheres, e, com a outra, não toca nos interesses dos capitalistas**

Lula aprovou a Lei nº 1085, em julho de 2023, que estabelece a igualdade salarial entre homens e mulheres. Fez um discurso inflamado, rodeado de ministras, dizendo que seu governo é de proteção e de conquistas para as mulheres. Completou que o ministério do Trabalho e das Mulheres têm de exigir o cumprimento da lei.

No entanto, é preciso lembrar que o princípio do salário igual para trabalho igual entre mulheres e homens existe no Brasil desde a época do governo de Getúlio Vargas, com a criação da CLT em 1943, mas que nunca foi cumprido. O que Lula fez foi tirar da gaveta uma lei, que sabia de antemão que o patronato não irá concretizá-la. Ocorre que a igualdade e o fim da discriminação são tarefas democráticas que a burguesia e seus governantes não poderão cumprir. A discriminação salarial é parte da exploração do trabalho e da lucratividade. Logo, do ponto de vista da classe operária, trata-se de travar a luta pelo fim do sistema capitalista, fonte de toda sorte de discriminação social.

Conforme a crise econômica avança, mais se amplia a opressão sobre as mulheres. Lula não fez senão requestrar uma lei, objetivando “agradar” um setor feminista que tem defendido a sua governabilidade. Aproveitou o momento para criticar o governo bolsonarista, que de fato só fez crescer a discriminação e o obscurantismo religioso.

Oito meses após a aprovação da Lei trabalho igual, salário igual, o Dieese divulgou as recentes pesquisas que assinalam que nada vem sendo cumprido pelos capitalistas. O que mostra que os Ministérios e Lula nada têm feito para exigir a aplicação da lei.

Apesar do Dieese abrir o “Boletim Especial de 8 de Março” elogiando os bons resultados da economia brasileira e do mercado de trabalho, sua pesquisa assinala que permanecem as desigualdades entre homens e mulheres. Desigualdades nas taxas de desemprego, nos salários, na jornada e na informalidade. Os dados de sua pesquisa são do 3º trimestre do ano passado.

Chama a atenção cinco aspectos, que se chocam com a Lei aprovada e requestrada por Lula em meados de 2023:

1) As mulheres, em média, recebem R\$ 762,00 a menos que os homens. Ou seja, 22%. As mulheres recebem em média, R\$ 2.697,00, enquanto os homens, R\$ 3.459,00. Como se trata da média, não há o recorte de classe. Certamente, a mulher operária é que está na informalidade e seu salário é muito inferior aos dos homens que se encontram nessa mesma condição;

2) A taxa de desemprego é maior se se refere às mulheres. A taxa foi de 7,7% para as mulheres e 5,3%, para os homens;

3) A jornada semanal de trabalho remunerado dos homens excede a das mulheres em 4,3 horas. Mas, a jornada não remunerada das mulheres excede a dos homens em 10 horas. A quantidade de horas de trabalho da mulher em casa é de 499 horas (equivalente a 21 dias) a mais que a dos homens. Soma-se a esses dados, o fato de 13 milhões de mulheres dizerem que não podem trabalhar porque não têm como deixar de cumprir os afazeres domésticos, entre eles os cuidados com os filhos, parentes idosos e deficientes familiares;

4) Os dados reafirmam que cada vez mais as mulheres passaram para o comando da família. Hoje, 52% dos domicílios estão sob a responsabilidade das mulheres;

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida a exigirem dos sindicatos e das centrais sindicais, bem como dos movimentos camponeses e populares, que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios para defender o programa dos explorados contra a exploração capitalista, a pobreza, a miséria e a fome.

5) Quando se compara as taxas de desemprego e salários, as mulheres negras são mais penalizadas que os homens negros.

Segundo o governo Lula, é preciso fiscalizar. Para isso, estipulou que as empresas com 100 ou mais trabalhadores devem fornecer relatórios semestrais sobre salários e critérios de remuneração. Por meio de tais relatórios seria possível combater as discriminações salariais. E, no caso de não-aplicação da Lei, o governo diz que aplicará punições. Ocorre que as empresas abaixo de 100 trabalhadores empregam milhões. Ao isentá-las, Lula está admitindo a continuidade da discriminação.

A reivindicação de trabalho igual, salário igual está na base da luta operária contra a discriminação da mulher, bem como dos negros. Faz parte dessa reivindicação a defesa do fim da dupla jornada que sacrifica as mulheres trabalhadoras. A jornada de trabalho da mulher nas fábricas, demais atividades econômicas e domésticas deve se compatibilizar com o trabalho despendido na família. A proteção à maternidade tem de estar de acordo com a jornada de trabalho e os salários. É preciso acabar com a discriminação da mulher que forçosamente concorre com os homens no mercado de trabalho. Esse o programa elementar do qual se deriva a luta contra toda a forma de violência sofrida pela mulher em sua casa e fora dela.

A burguesia e seus governantes não podem aceitar esse programa, uma vez que se choca com a lei econômica do capitalismo de exploração do trabalho, extração da mais-valia e lucratividade. Os reformistas, como o PT e seus aliados, se utilizam da bandeira da igualdade entre homens e mulheres para fins eleitorais. Eis por que são obrigados a ocultar a raiz de classe da discriminação e outras formas de opressão que atingem as mulheres trabalhadoras. O capitalismo em decomposição não comporta reformas que favoreçam a igualdade da mulher no trabalho e que limitem a violência sofrida.

A luta pela real igualdade se inicia no interior do capitalismo e se projeta na sociedade de transição do capitalismo ao socialismo. O método e formas de combate à opressão sobre as mulheres é o da luta de classes e da organização independente dos trabalhadores diante do Estado e da burguesia. É com essa compreensão e trabalho concreto no seio das massas femininas oprimidas que a vanguarda com consciência de classe luta pela unidade entre homens e mulheres que vivem de sua força de trabalho.

Arrancar as mulheres trabalhadoras do obscurantismo político e ideológico a que estão submetidas pela classe dominante é a condição para impor ainda no capitalismo parte de suas reivindicações e avançar no sentido da revolução social que abrirá caminho para acabar definitivamente com a opressão de classe e, assim, a opressão do homem sobre a mulher.

Esse curso da luta implica derrotar no interior dos sindicatos e movimentos a política reformista e traidora que em palavras se coloca pelo fim da discriminação e da violenta sofrida pelas mulheres, mas nos fatos mantém a sujeição dos explorados à ditadura de classe da burguesia.

A consciência histórica sobre o logo percurso da opressão sofrida pelas mulheres é fundamental para a tarefa de superar a crise de direção, fortalecendo a construção do Partido Operário Revolucionário.



Publicamos abaixo o Manifesto do POR distribuído nas manifestações do Dia Internacional da Mulher

## Lutar pela libertação da mulher com o programa da revolução proletária!

O 8 de março é o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Uma data marcada pela luta de classes. O combate pela emancipação das mulheres exploradas sempre foi marcado pelo sangue e pela força operária de todo o mundo.

O fim do século XIX e início do século XX foi o período de muitas lutas grevistas nas fábricas em defesa da jornada de 8 horas, dos salários e de melhores condições de trabalho. As mulheres tiveram um papel importante na defesa da redução da jornada, fim do trabalho noturno e proteção à maternidade e à infância. Com base na experiência das socialistas estadunidenses, que passaram a realizar um dia nacional de lutas em defesa dos direitos trabalhistas e políticos das mulheres, a Segunda Conferência da Internacional de Mulheres Socialistas aprovou, em 1910, que todos os países deveriam realizar atos do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, ainda sem uma data unificada. Um desses dias de luta, realizado na Rússia, em 1917, forneceu a faísca para a Revolução de Fevereiro (no calendário ocidental, o dia era 8 de março), a partir de uma greve de mulheres operárias por pão e paz, ou seja, contra a fome e a guerra. Em homenagem a essas mulheres proletárias e revolucionárias, a Conferência de Mulheres Comunistas, reunida em 1921, definiu o 8 de março como o seu dia mundial unificado. É preciso recordar sempre a origem operária e revolucionária dessa data, e a definição de mulher operária, que a burguesia busca apagar.

A importância em recuperar essa origem está na necessidade de responder com um programa classista, internacionalista e proletário à desintegração capitalista que agrava todas as formas de opressão de classe, sobretudo a opressão contra a mulher e somente o proletariado organizado pode combatê-la e eliminá-la.

A burguesia segue despejando sobre as massas todo o peso da crise capitalista que já se encontra em avançado estado de decomposição, e isso se expressa claramente no agravamento das condições de vida dos explorados, seja por meio do aumento do custo dos alimentos, das péssimas condições de trabalho, dos salários miseráveis, das jornadas de trabalho exaustivas, do desemprego, da falta de moradia, do aumento da violência, da opressão e etc. A maioria oprimida já padece das mazelas do capitalismo por si só, mas isso se reflete de maneira ainda mais profunda sobre a mulher trabalhadora.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) a cesta básica ficou 14,2% mais cara em 2024, sendo maior o aumento no grupo de alimentos básicos, o que resulta agora no comprometimento de mais da metade do salário mínimo vigente para dar conta de uma cesta básica tão cara. Hoje as mulheres são responsáveis por chefiar praticamente metade dos lares brasileiros (15% como mães solo), mas seguem sendo as mais submetidas à informalidade ou ao desemprego, – a taxa de desocupação das mulheres é 45,3% maior que a dos homens – a maioria daquelas que ainda conseguem se inserir no mercado de trabalho estão submetidas à odiosa escala 6x1, exercendo assim a dupla e até tripla jornada, visto que já são as principais responsáveis pela função social da maternidade e pelo trabalho doméstico. Ainda recebem os menores salários, mesmo na área de serviços domésticos, em que as mulheres são a maioria e principais responsáveis, os rendimentos são até 20% maiores para os homens, como revelam os dados da Pnad Contínua, do IBGE. E são as principais vítimas das mais diversas formas de violência provocada pela barbárie capitalista, constituem a maioria em violência física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%). Em todos esses quadros é ainda pior quando se trata de mulheres negras.

Esses dados retratam a situação no Brasil, mas no âmbito in-

ternacional é tão grave quanto. O governo recém empossado de Trump já tem tomado medidas de ataque aos explorados, principalmente em relação a imigrantes, foram 37 mil deportações em 1 mês, além da reativação da prisão em Guantánamo onde alguns estão sendo detidos. Também foi restabelecida a política de ‘pressão máxima’ e ameaças contra o Irã. Além das sugestões para que Israel interrompa o cessar-fogo e que os palestinos sejam retirados da Faixa de Gaza de forma permanente, deixando claro a intenção de que os EUA assumam a região.

As guerras de dominação imperialista seguem massacrando um contingente gigantesco de massas pobres. O genocídio na Faixa de Gaza tem entre suas vítimas 70% de mulheres e crianças. Com o avanço das tendências fascizantes e a escalada bélica entre as potências, esse cenário torna-se ainda mais preocupante.

Isso mostra que não temos nada a comemorar, mas sim que temos a frente uma árdua luta para travar em busca de direitos, melhores condições de vida e superação deste maldito sistema. O que só pode se dar com a independência política diante dos governos. Este terceiro mandato de Lula comprova, mais uma vez, a incapacidade do nacional reformismo responder às necessidades mais sentidas das massas e principalmente a opressão sobre as mulheres, assim como qualquer outro governo submetido à política burguesa. Com alianças cada vez mais à direita, Lula manteve as contrarreformas trabalhistas, previdenciária e até mesmo as normativas bolsonaristas de restrições ao já limitado aborto legal. A submissão ao agronegócio e às mineradoras leva a um quadro de violências continuadas sobre camponeses, indígenas e quilombolas, com maior peso sobre as meninas e mulheres. A serviço do capital financeiro, Lula impõe cortes nos gastos sociais e sua própria contrarreforma. A restrição ao BPC, por exemplo, é um duro ataque às mulheres que, em geral, arcam com os cuidados de pessoas com deficiência em seus lares.

É fundamental compreender que não há possibilidade de reformas sob o capitalismo, portanto, é necessário superar as ilusões no Congresso, no judiciário, nas leis, nas eleições e romper com as direções conciliadoras que desviam as lutas para essas vias fracassadas. Devemos confiar somente em nossas próprias forças, em nossos métodos próprios de luta e organização para pôr em pé uma direção revolucionária. A raiz da opressão da mulher é de classe, está na propriedade privada dos meios de produção, que condiciona sua subordinação no ambiente doméstico e as discriminações sob o capitalismo. A luta pelo fim da opressão das mulheres está indissoluvelmente ligada à luta pelo fim da exploração da classe operária, o divisionismo em torno das “identidades” preserva as discriminações ao impedir a ação unitária.

A luta deve ser pela incorporação de todas as mulheres à produção social, por meio da divisão das horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar. Pela superação da discriminação salarial, ou seja, que o mesmo trabalho tenha a mesma remuneração, e que não seja inferior ao salário mínimo vital (nos cálculos do DIEESE, R\$ 7.156,15). Pela libertação da mulher da escravidão do lar, por meio da transferência deste trabalho para o Estado, por meio da criação das creches, lavanderias coletivas, restaurantes populares, etc. Pela estatização de toda a rede privada de saúde e criação de um sistema único, integralmente público, gratuito e sob controle operário. E que a função social da maternidade seja protegida e o direito ao aborto seguro e gratuito seja garantido pelo Estado.

Que esse dia 8 de março seja um ponto de partida para a unificação de todos os movimentos em torno da construção de um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários, direitos e fim de todas as formas de opressão.

# Intervenção do POR no Dia Internacional da Mulher

## São Paulo

No dia 8 de março, a manifestação ocorreu na avenida Paulista. Diante do pós carnaval na cidade, algumas militantes, principalmente da Marcha Mundial das Mulheres, chegaram a propor, nas reuniões de organização, a incorporação do carnaval ao ato, mas não foi aprovado. Ainda assim, esperava-se que, por conta disso, a festividade fosse ainda mais marcante do que em anos anteriores, o que não ocorreu.

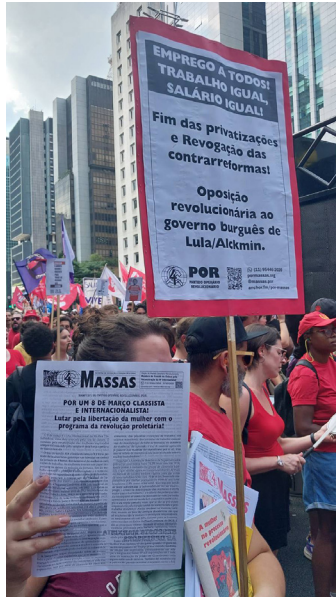
A marcha não foi marcada por intervenções artísticas, contou com intervenções políticas no carro de som e palavras de ordem entre os manifestantes. O problema foi que as direções sindicais não se esforçaram para convocar a classe operária e demais trabalhadores para a manifestação. Assim, a maioria dos participantes era da pequena burguesia. Além disso, o ato foi menor que no ano passado, contando com algumas milhares de pessoas.

O ato foi dirigido pelo PT e suas organizações, mas estas não levaram suas bases. Os partidos com maior número foram a UP e o PCBR. A UP, que se manteve alinhada ao PT em toda a organização, não fez fala em defesa explícita do governo, o que reduziu o caráter governista aprovado nas bandeiras principais. Mesmo tendo sido decidido a necessidade de favorecer a fala dos partidos e movimentos, que participaram da construção, limitando-se as falas das parlamentares, a decisão não foi seguida, tendo sido priorizadas as falas das parlamentares. Em geral, as reformistas defenderam a democracia e a bandeira “sem anistia para os golpistas”.

A maioria das falas denunciou a opressão sofrida pela mulher na sociedade capitalista, como a violência, a criminalização do aborto e a falta de moradia, mas sem apresentar uma solução concreta. O que acabaram concluindo no engodo da responsabilização subjetiva dos homens e apontando como solução uma sociedade dirigida por mulheres. Apenas a fala do POR cumpriu a tarefa de apontar a raiz de classe da opressão sobre as mulheres, que está no capitalismo. Algumas falas mencionaram o genocídio na Palestina, exigindo do governo Lula um rompimento com o Estado sionista de Israel, como foi o caso da CST, mas sem defender a necessidade da luta com independência de classe e sem colocar a necessidade de levantar uma frente única anti-imperialista para combater o massacre.

A intervenção do POR foi uma das poucas falas que criticou o governo Lula/Alckmin, que tem atacado continuamente os trabalhadores, principalmente com o arcabouço fiscal. Além disso, também colocou a importância de uma luta com independência de classe e internacionalista: a luta da mulher tem de ser com o programa da classe operária.

O PCO, que no ano passado foi impedido de falar no carro de som por não participar da organização – cabe pontuar que esse mesmo critério não foi considerado esse ano para algumas organizações, como a Frente Palestina, por exemplo – não esteve presente este ano. Isolaram-se em uma manifestação na Praça do Patriarca chamada para o período da manhã, em vez de fazer a luta política por um ato unificado. Os revolucionários devem fazer o embate contra a política conciliadora e antidemocrática das buro-



cracias, mas não devem abandonar o movimento. O PCO, assim, mostrou sua política oportunista e divisionista.

O POR divulgou seu manifesto, expôs a banca com os livros, folhetos e jornais. Em especial, a militância se empenhou na divulgação de dois folhetos relacionados ao tema: “A Mulher no Processo Revolucionário” e “A Doutrina Marxista do Casamento”, de David Riazanov. No Manifesto, constava uma apresentação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, cuja origem é operária e revolucionária, e a ideia de que o dia 8 de Março não é uma data a ser comemorada, mas sim uma data de luta pelos direitos e em defesa das condições de vida, ainda mais no momento de crise do sistema capitalista, que recai principalmente sobre as mulheres pobres. E conclui fazendo a defesa da construção de um Dia Nacional de Luta, unificando as lutas por empregos, salários, direitos e fim de todas as formas de opressão.

## Pronunciamento do POR

*Boa tarde camaradas, boa tarde mulherada! Hoje 8 de março é um dia importante, tem de ser um dia classista, um dia internacionalista! A luta das mulheres operárias é uma luta encarniçada contra o capitalismo, em defesa das suas vidas, em defesa das suas famílias.*

*A opressão sobre as mulheres não é de hoje. Tem séculos. É uma opressão de classe, inerente à sociedade de classes. Sob o capitalismo, a discriminação e toda espécie de opressão se agravaram. Hoje, milhões de mulheres vivem na miséria. No Brasil, as contrarreformas trabalhista, previdenciária, a terceirização e o salário miminho de fome atingem duramente a vida das mulheres operárias.*

*É defendendo o programa da classe operária que iremos enterrar esse sistema capitalista apodrecido. É preciso defender a independência dos sindicatos e movimentos diante do Estado burguês e de seus governos. O que permitirá colocar bem alto as nossas reivindicações, a unidade entre homens e mulheres operários, a unidade de todas as mulheres oprimidas pelo sistema capitalista.*

*A gente sente falta nesse ato das centrais e sindicatos. Este ato era para estar maior, se não fosse a política de conciliação de classes das direções sindicais com o governo burguês de Lula, apesar de não ter revogado as contrarreformas e mantido o salário mínimo de fome.*

*Companheiras, é necessário acreditar nas nossas próprias forças, organizar os comitês de luta, ir para as fábricas, ir para as universidades, ir para as escolas e ir para os bairros para organizar a luta em defesa de nossas reivindicações: contra a escala 6x1, trabalho igual, salário igual e fim da terceirização e das contrarreformas. É necessário que o Estado garanta as tarefas domésticas para que as mulheres operárias deixem de ser escravas dos nossos lares. É assim que a história da luta de classes nos ensinou: lutar com independência política, confiar nas nossas próprias forças!*

*A Revolução Russa foi um verdadeiro laboratório, que deixou muitas lições às mulheres socialistas e comunistas. Temos de resgatar essa história para, de fato, encher essas ruas e trabalhar em defesa da revolução social. Pelo fim do capitalismo e por uma sociedade socialista.*

*Vamos para a luta, camaradas! É só fazendo revolução para acabar com toda forma de opressão!*

## Fortaleza

### *Ato reuniu movimentos em manifestação unificada no centro*

Diversas correntes, sindicatos, centrais e organizações políticas atenderam ao chamado do 8 de março em Fortaleza que reuniu mais de 1500 manifestantes. A CUT, CSP-Conlutas e Intersindical estiveram presentes, além de movimentos de mulheres. A manifestação concentrou-se na Praça da Bandeira pela manhã e seguiu pelas ruas do centro, encerrando na Praça do Ferreira.

A manifestação mostrou-se mais numerosa que o ato pelo fim da jornada 6x1, realizado em fevereiro e boicotado por correntes políticas e sindicatos. A política predominante do ato não expressou a luta operária e socialista do 8 de março. Tanto pela ausência da classe operária, que não foi convocada, quanto pelas reivindicações levantadas que se basearam na luta "identitária" da mulher em geral (inclusive a burguesa) e defesa das pautas relacionadas às movimentações golpistas da ultradireita fascizante (bolsonarismo) com gritos de "Bolsonaro na prisão" e "Sem anistia"! As correntes políticas mais à esquerda entoaram palavras de ordem pelo fim da escala 6x1, que sobrecarrega a jornada de trabalho das mulheres, mães de família, trabalhando para o patrão e depois em casa (dupla jornada). O mesmo ocorreu com palavras de ordem denunciando o aumento dos preços dos alimentos essenciais para a família pobre.

Chamou atenção, por um lado, a ausência do sindicato dos professores estaduais, APEOC, e, por outro, o divisionismo recorrente da burocracia do Sindiute (professores municipais) que chamou os professores a se concentrarem no mesmo horário em outro local e unificou com o ato apenas em alguns trechos do percurso.

A manifestação importantíssima do 8 de março se mostrou presa às ilusões pequeno-burguesas de que a opressão sobre a mulher será combatida e liquidada sob a democracia burguesa. A opressão contra a mulher não pode ser vencida sem aplicar os métodos de combate e ação direta próprios da classe operária, com reivindicações gerais do proletariado somadas às das mulheres das classes oprimidas (direito ao aborto seguro e público, creches, restaurantes e lavanderias populares etc.). Faltam as centrais sindicais chamarem as bases para um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários, direitos e fim das contrarreformas.

O POR interveio na manifestação com seu manifesto, banca de materiais, bandeiras, jornais e palavras de ordem. Foi importante ainda neste aspecto a formação de um bloco na manifestação com outras organizações (PSTU e PCBR) que assegurassem a presença de um setor classista no ato. Foi progressista que o 8 de março reunisse tantos ativistas e que fosse marcado pelo método da ação direta. Viva o 8 de março!

## Rio de Janeiro

### *Ato marcado pela fragmentação e degeneração*

Diferentemente dos demais atos ao redor do país, o 8 de março do Rio de Janeiro foi realizado no dia 10 de março, com a justificativa de que o carnaval poderia atrapalhar a realização do ato. Somente esse dado já expõe com nitidez tamanho grau de fragmentação das direções do movimento ao se submeterem às pressões burguesas e não realizar o ato no seu dia histórico. O evento em si iniciou-se com as falas dos partidos e movimentos sociais, seguidas por discursos parlamentaristas com palavras genéricas e sem apresentar reivindicações de interesse das mulheres e da maioria oprimida. Mulheres presidentes e secretárias da ALERJ não falaram outra coisa senão seus discursos de "Bolsonaro na prisão", de defesa da democracia burguesa e de "combate ao fascismo". A maioria com falas prontas, foi a mesma ladainha de sempre.

Houve também, durante o ato, a distribuição de quentinhas da Cozinhas Solidárias, projeto do PSOL, em nome do combate à fome, como se fosse possível combater o problema da fome com ação social. No entanto, durante o momento da entrega que era somente para as mulheres presentes no ato, o que ocorreu foi que os moradores de rua, ao redor do evento, foram os que mais estiveram nas filas para conseguir comida, disputando cada porção, o que reafirma o cenário degradante de fome que o capitalismo produz, especialmente no Estado do Rio de Janeiro. Sabemos que a fome no Brasil é produto do sistema capitalista, que precisa matar de fome parcelas dos trabalhadores que continuamente perdem seus empregos e são lançados no desemprego e subemprego.

Por fim, o ato se apresentou como um evento comemorativo, organizado por mulheres parlamentarista, com um pacifismo que em muitos momentos mais se assemelhava a um bloco de carnaval do Rio de Janeiro. As raras falas que abordaram as reivindicações de interesse mais imediatos das mulheres, como a legalização do aborto no Brasil, não sinalizavam a necessidade do aborto seguro e gratuito, tampouco mencionando do avanço do mercado de saúde privada. Entendemos que o direito ao aborto só vai ser conquista-

do mediante a constituição de um sistema único de saúde, gratuito, universal, científico e administrado pela classe operária.

O ato iniciou e terminou no momento de decisão das parlamentares. A resposta a ser dada por tamanha degeneração do movimento passa por levantar a bandeira das reivindicações imediatas da maioria oprimida, lutar por empregos, salário mínimo vital igual para um trabalho igual, construção de estruturas que liberem a mulher da escravidão de doméstica e vincular essas tarefas imediatas com as estratégicas de destruição do sistema capitalista.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal **Massas**:

**A mulher no processo revolucionário**



Textos dos clássicos do marxismo e do POR boliviano sobre a questão da mulher

2ª edição



**POR**  
PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO



**MASSAS**  
JORNAL DA REVOLUÇÃO E DA LUTA OPERÁRIA



## Rio Grande do Norte Pronunciamento do POR

Bom dia companheiros e companheiras! O Partido Operário Revolucionário vem aqui dizer que este Dia Internacional da Mulher é um dia de luta pela libertação da mulher! E essa libertação só vai se dar com o programa revolucionário. Nós, mulheres brasileiras, norte-rio-grandenses, estamos unificadas no mundo todo, porque nós entendemos que o capitalismo é um sistema opressor e é só através de um programa revolucionário que colocaremos fim a essa opressão.

As mulheres do movimento operário tiveram de se unir aos homens operários para que esses direitos pudessem ser cumpridos. Companheiros, não adianta acreditar no capitalismo, não adianta acreditar nas ilusões das eleições, do judiciário. Nós temos nossos próprios métodos de luta, que são as greves, ocupações, manifestações de rua.

Não podemos permitir que a burguesia esteja de mãos livres para atacar nossas vidas. O custo de vida só aumenta, a violência só cresce, principalmente sobre as mulheres, não podemos ficar caladas. O salário mínimo vital, pelos cálculos do DIEESE, é mais de sete mil. Mas o governo quer que nossas famílias vivam com o salário de R\$1.518,00. Isso é condenar nossas famílias à fome e à miséria.

Companheiros, neste Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras, devemos erguer bem alto as reivindicações que unificam a maioria oprimida, de emprego, salário e direitos. Pelo fim do capitalismo! Pela revolução proletária neste país e no mundo todo! Viva a luta pela libertação das mulheres!

## Pernambuco

### Balanço do 8 de Março na Região Metropolitana de Recife



O ato do dia internacional da Mulher Trabalhadora é organizado, no Recife, por meio de plenárias que começam alguns meses antes. Cerca de 30 organizações participaram dessa construção, inclusive o POR. Uma das primeiras decisões, em uma plenária em que não pudemos participar, foi a de fazer o ato em Olinda, com blocos com as consignas. A decisão se deveu a uma expectativa de que o Carnaval se estenderia, considerando que em Pernambuco, após os festejos de 27 de fevereiro a 05 de março, veio o feriado da Data Magna (6 de março) e os governos deram ponto facultativo na sexta. A decisão foi politicamente ruim, por querer fazer do ato um prolongamento da festa popular e também por deslocar para uma Olinda esvaziada a manifestação que sempre percorre ruas do Centro, interferindo no trânsito e passando sua mensagem aos trabalhadores.

As consignas aprovadas foram: 1. Por aborto legal, seguro, gratuito e justiça reprodutiva! 2. Pelo fim das violências! Não ao feminicídio, transfeminicídio e lesbocídio! 3. Pelo fim da escala 6x1 e o ajuste fiscal; 4. Tarifa zero, transporte público, seguro e de qualidade. Não as privatizações! 5. Combater a fome: Por soberania e segurança alimentar! 6. Denunciar os governos: Por moradia digna, saneamento básico e justiça climática! 7. Pelo fim do racismo, violência policial, encarceramento em massa e por uma educação laica! 8. Pela radicalização da democracia, sem anistia e privilégios para políticos! 9. Solidariedade internacional por imigrantes, pelo Congo e uma Palestina Livre!

O "mote" geral foi: pela vida de todas as mulheres, por direitos, enfrentando a extrema direita e o capital. Nota-se que o ato trouxe bandeiras importantes, porém, subordinado ao programa de "radicalização da democracia", que se trata da expectativa de reformar o Estado burguês, democratizá-lo, e o combate principal à extrema direita, nos discursos do PT e setores do PSOL, serviu ao

encobrimento do governismo, ainda que o governo Lula também esteja atacando os direitos das mulheres.

O POR atuou piqueteando o jornal Massas e folhetos/livros contra a opressão sobre as mulheres. Levamos uma faixa com os dizeres "Pela emancipação da mulher! Abaixo o capitalismo". Fizemos nossa fala na concentração resgatando a origem proletária, internacionalista e revolucionária do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e defendendo a independência de classe, ou seja, perante todos os governos, para que possamos lutar junto aos demais oprimidos. Que o 8 de março seja um ponto de partida para um dia nacional de lutas!

## Pronunciamento do POR

O 8 de março nasceu como um dia classista, aprovado pelas mulheres operárias que lutavam pela redução da jornada de trabalho, pelos salários e pelos empregos. Essa data foi estabelecida em homenagem às mulheres russas que deram origem à revolução russa, quando em fevereiro elas saíram das fábricas marchando por paz e pão, contra a guerra e contra a fome. Isso é muito importante porque essas bandeiras que essas mulheres que criaram oito de março lutaram ainda são bandeiras que nós precisamos empunhar. Nós precisamos continuar lutando, contra a fome, em defesa de um salário suficiente para as famílias trabalhadoras viverem, precisamos continuar lutando pela redução da jornada, pelo fim da escala 6x1, pela divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, isso é importante também para as mulheres. E também precisamos lutar contra as guerras imperialistas penalizam as mulheres no mundo, a exemplo do que a gente vê na Palestina com mais de cinquenta mil mortos, a maioria mulheres e crianças.

Nesse dia de luta, além da gente enfrentar a extrema direita os golpistas, a gente precisa lutar pelo direito ao aborto, por nossas reivindicações e só podemos fazer isso com independência de classe, porque entra governo sai governo e continuam rifando os nossos direitos, continuam conciliando com a extrema direita. Por isso esse é um chamado a uma luta no campo da independência de classe, uma luta a partir dos princípios do internacionalismo proletário, do ponto de vista classista, que a gente una a luta pela redução da jornada incorporação das mulheres ao trabalho plenamente, garantia de creches, fim da escravidão no lar e também o direito ao aborto livre e seguro por parte do Estado. Que juntas nós marchemos também numa luta anti-imperialista contra as guerras. Que esse 8 de março seja um ponto de partida para a gente poder chamar um dia nacional de lutas pra derrubar essas contrarreformas que o governo tem feito atacando o BPC, o salário mínimo e descarregando a crise sobre os ombros dos trabalhadores. Por isso esse é o chamado que nós fazemos de um 8 de março internacionalista, classista e revolucionário, com independência perante os governos e que coloque na ordem do dia a luta contra o Imperialismo e contra o capitalismo. Viva o 8 de março!

São Paulo

# Participação do POR nas reuniões preparatórias do ato de 8 de março

O POR participou das reuniões que ocorreram em janeiro e fevereiro para organização da manifestação do dia Internacional da Mulher em São Paulo. As reuniões, que se iniciaram de forma virtual mas seguiram depois presencialmente, foram marcadas por intensos embates e manobras para aprovar uma política de não desgaste do governo. No dia que ficou definida a discussão do eixo do ato, o PT trouxe para a reunião quase uma centena de pessoas que não participaram de nenhuma discussão. Dessa forma, tiveram controle dos votos da plenária e impuseram que não tivesse discussão política, apenas defesa das propostas e votação sumária. A despolitização e burocratismo ficou evidente com a saída massiva dessas pessoas logo após a votação. Com o apoio de organizações satélites como PSOL e PCdoB, além das entidades estudantis que são dirigidas pelas mesmas, mas também das estalinistas da UP, essa manobra serviu para aprovar uma política governista e em defesa da democracia, que na verdade é a defesa da democracia burguesa e serve concretamente para a defesa do governo Lula.

Em todas as reuniões, o POR defendeu uma política classista e a necessidade de unificação das lutas com a bandeira "Em defesa de um 8 de março classista e internacionalista, que unifique a luta das mulheres e explorados em geral". Aprovada a linha governista, abriu-se a possibilidade de adicionar outras reivindicações na "plataforma", que seria apresentada no facebook, já que apenas um panfleto com as principais bandeiras seria distribuído no ato. Algumas das bandeiras defendidas pelo POR foram as seguintes: Emprego a todas (e todos os aptos a trabalhar); trabalho igual, salário igual; Salário mínimo vital, suficiente para uma família trabalhadora; fim da dupla jornada e garantia pelo Estado de creches públicas e serviços que libertem a mulher da escravidão do lar, permita sua inserção na produção social e possibilite sua independência financeira; direito ao aborto seguro e gratuito; proteção à maternidade; estatização de toda rede privada de saúde, para garantir o acesso a todos; pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário; revogação das reformas trabalhista, previdenciária e contra todas as privatizações; contra a Lei da Terceirização e efetivação dos terceirizados. Além das bandeiras de frente única anti-imperialista e contra as guerras de dominação. Algumas foram aceitas, a maioria com adendos. O que tornou o documento uma verdadeira mistura de defesas reformistas com revolucionárias.

A discussão da plataforma evidenciou a fragilidade de algumas correntes na defesa das mulheres. Um primeiro ponto fundamental foi a discussão em torno ao texto "proteção à maternidade". Uma militante do PCBR foi contra, defendendo a retirada do texto, argumentando que essa bandeira traz a ideia da maternidade ser uma tarefa só da mulher. Ela não teve a compreensão de que não defender a maternidade entrega as mães à própria sorte. Outra discussão foi a da efetivação dos terceirizados, sem concurso. Houve uma discussão sobre exigir sim o concurso dos terceirizados a serem efetivados sendo essa proposta defendida principalmente pelo PT. O próprio PT teve dificuldade de elaborar uma argumentação de defesa, lembrando que no 33º Congresso do SINPEEN, em 2024, essa proposta foi aprovada e aclamada pelos professores.

Em outro ponto, a CST se colocou contra a defesa da "frente única anti-imperialista e pelo fim das guerras de dominação". A proposta foi inserir apenas um texto sobre a Palestina e sobre a Ucrânia sob alegação que essa defesa tende a ser muito genérica já que a única forma de acabar com as guerras de dominação é pondo um fim a sociedade de classes. Primeiro a falsidade do argumento de que essa bandeira está contraposta a defesa da Palestina e da

Ucrânia, segundo está querendo esconder o conteúdo das guerras de dominação já que nós defendemos as suas transformações em guerras de libertação para conseguir alcançar o socialismo. A defesa da frente única anti-imperialista é a forma de combater concretamente o imperialismo e a proposta dos oponentes não traz nenhuma resposta.

Um último ponto que foi amplamente discutido e terminou em mais uma manobra do PT, PCdoB e UP foi sobre o Arcabouço Fiscal. Em um primeiro momento, na reunião em que foi discutido todo o texto, militantes da CUT se colocaram contra o texto original que dizia "Pelo fim do arcabouço fiscal aplicado pelo governo Lula/Alckmin" e defenderam que deveria ser adicionado também o Congresso Nacional já que ele que é responsável pelas dificuldades do PT em governar plenamente. Além disso, outra pessoa independente defendeu que o mercado financeiro também tinha sua parcela de responsabilidade nas exigências fiscais, deixando o texto final como "Pelo fim do arcabouço fiscal aplicado pelo governo Lula/Alckmin, pelo Congresso Nacional e pelo mercado financeiro", que foi aprovado pela plenária junto de todos os outros pontos que entraram na plataforma.

Na reunião seguinte, o PT trouxe novamente para a reunião pessoas que não participaram de nenhuma discussão e aprovou reabrir a discussão do texto e retirar dele a denúncia do governo Lula. O PT e o PCdoB fizeram a defesa de que uma crítica ao governo fortalece a extrema direita. O PCdoB chegou a dizer que "não estavam passando pano pro governo, quando fosse a hora eles iriam criticar". Se diante do Arcabouço Fiscal, que é um ataque direto aos trabalhadores e oprimidos da sociedade, não é o momento para se fazer a crítica ao governo, sabemos que esse momento nunca irá chegar, pois o critério não é o da defesa dos explorados. Como ficou claro em todas as reuniões de organização, essas posições governistas servem para conter o movimento e não fazer um verdadeiro combate aos diversos ataques que vemos sofrendo.

As últimas discussões foram todas ligadas à organização das falas no caminhão de som. O PT, com mais uma manobra, aprovou na plenária que apenas uma parlamentar municipal, uma estadual e uma federal poderiam falar por partido, reduzindo dessa forma a quantidade de falas de parlamentares, o que na prática significava diminuir as falas do PSOL. Além disso, também ficou claro nas reuniões a divisão burocrática dentro do PT, já que a CUT não queria que nenhum outro sindicato ligado a eles falasse. A própria APEOESP quase foi impedida, mesmo tendo sediado o espaço das reuniões e cedido o caminhão de som para o ato, mas a tentativa não se consolidou. Apesar do movimento do PT para "diminuir a quantidade de falas", a lista final contou com diversas organizações diferentes todas ligadas aos mesmos partidos (UP, PT, PSOL, PCdoB), enquanto partidos menores conseguiram garantir apenas uma fala. Isso é uma amostra de uma falsa democracia em que só os partidos maiores conseguem apresentar repetidamente sua política em diversos momentos, com um espaço diminuto para posições políticas contrapostas, onde os partidos precisam travar uma guerra para ter sua fala garantida.

Essas reuniões de organização do 8 de março mostram a necessidade de construir um partido revolucionário, superando as debilidades da política das centristas e das reformistas. O POR fez uma campanha sobre a questão das mulheres com chamado à marcha nas fábricas e locais de trabalho e interveio na última reunião com o boletim Nossa Classe, que contém uma formação sobre a origem do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora.



## Projeto de Lei sobre a prostituição

O Deputado Federal Kim Kataguiri (UNIÃOBR-SP), que ficou conhecido por ter sido um dos cofundadores e coordenadores do Movimento Brasil Livre (MBL), uma expressão do liberalismo reacionário, apresentou um Projeto de Lei (PL 778/2025) no dia 7 de março, na Câmara, para proibir a prostituição nas ruas, que altera o decreto na Lei de Contravenções Penais (lei nº 3.688/1941), a “prostituição em via pública”. Contravenção penal é uma infração de menor gravidade, que pode ser punida com multa ou prisão simples. A pena para quem for pego se prostituindo em ruas e avenidas do Brasil seria de 15 dias a 3 meses de prisão, além de “50 a 100 dias-multa”.

O deputado argumenta na proposta que as prostitutas e profissionais do sexo ficam em frente às residências familiares e “interferem diretamente no direito de locomoção” das demais pessoas. Também afirma que as ruas e os locais de prostituição viram pontos de atividades ilícitas, tráfico e uso de drogas, perturbação do sossego, e assim “atrai pessoas e veículos estranhos”, comprometendo a segurança local dos moradores.

Esse projeto de lei ataca um dos grupos de pessoas mais marginalizadas e oprimidas da sociedade. Apartadas da produção social e da própria consciência de classe, essas pessoas são empurradas para uma forma degradante de remuneração, a venda para uso do próprio corpo. Essa fração do lumpesinato de fato existe em grande número no Brasil, fruto do avanço da decomposição capitalista.

O fechamento de fábricas, as contrarreformas, especialmente a trabalhista, os cortes de direitos, o rebaixamento salarial, a terceirização, a informalidade, a alta do custo de vida etc., são certamente fatores que empurram uma massa de pessoas para a prostituição. Os liberais não chegam nem perto da raiz do problema que eles

supostamente querem combater. A superação da prostituição não acontecerá no capitalismo, fonte do desemprego, da miséria e da fome por toda parte.

Trata-se de um aceno para sua base eleitoral conservadora. Kataguiri, como tantos outros, busca se colocar no vácuo deixado por Bolsonaro diante da inelegibilidade. Mais importante, faz parte de um conjunto de ações e medidas reacionárias que a direita e extrema-direita vêm tomando no país.

A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de combater o conservadorismo e o reacionarismo crescente no seio da sociedade e nas estruturas do Estado. Para isso, só existe o caminho da luta de classes. O fortalecimento das oposições às direções políticas que bloqueiam as lutas é parte dessa tarefa. Por esse caminho, será possível colocar os instrumentos históricos de luta dos trabalhadores (sindicatos, centrais, entidades estudantis) a favor da luta contra as medidas legais e policiais da direita e a extrema-direita.

A prostituição é uma das enfermidades sociais mais antigas. Atinge justamente uma parcela das mulheres. O capitalismo reproduziu e ampliou o número de prostitutas. Milhares de mulheres são postas à margem da produção e da família, sofrendo todo o tipo de violência. Vão às ruas à procura de clientes, como vão os feirantes à venda de suas mercadorias. Não são responsáveis pelas inúmeras manifestações de enfermidades sociais. São, sim, vítimas. A luta contra qualquer tipo de repressão às prostitutas é parte da luta pela erradicação das causas das enfermidades sociais, o que se dá no terreno do programa proletário pelo fim do capitalismo e edificação do socialismo. Abaixo o Projeto de Lei do ultradireitista Kataguiri!

## Fortalecimento do Estado Policial em SP

O Governador ultradireitista do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, vem trabalhando para fortalecer o aparato policial. Do início de seu mandato até o momento, foram investidos cerca de R\$ 708,2 milhões em 16,5 mil armas, 20,8 mil coletes, 12 mil câmeras, 1.607 novas viaturas SUV Corolla Cross (R\$ 170 mil) e Hyundai Creta (R\$130 mil) e um helicóptero Águia 33, modelo H135 (R\$ 52,9 milhões).

Fortemente equipada, a polícia militar de Tarcísio também conta com a instalação de câmeras de segurança inteligente e um sistema de análise de dados, que conta com reconhecimento facial e armazenamento de informações dos cidadãos via IA (Inteligência

Artificial). Sistema esse que é usado para identificação de “padrões criminais”, ou seja, será a nova arma do Governo para perseguir e oprimir os explorados, em particular a juventude preta e pobre, já que os tais “padrões criminais” têm para a burguesia esse perfil.

Não à toa que o número de mortos por essa polícia disparou nos dois últimos anos, chegando a ser considerada pelo jornal inglês The Sun, como a mais letal e perigosa do mundo: “Ruas de sangue, por dentro da polícia mais perigosa do mundo, com crianças mortas a tiros, suspeitos jogados de pontes e policiais que ‘querem assassinatos no seu currículo.’ – “Mães encontram seus filhos mortos a tiros nas ruas por policiais e suspeitos jogados de pontes em vez de serem interrogados. Esta é a realidade atormentada da vida sob uma força policial desonesta e um chefe impulsivo em São Paulo.” – The Sun.

Segundos dados do GAESP (Grupo de atuação especial da Segurança Pública), em 2024 o número de mortos aumentou em 60% comparado ao ano de 2022, com 769 mortos. Mais recentemente, o Governador Tarcísio decidiu retirar mais R\$ 10 milhões do orçamento da Secretaria da Educação para repassar à Secretaria de Segurança Pública. Tal medida foi formalizada por um decreto datado no dia 2 de março e publicado no Diário Oficial no dia 6 de março. Em consonância a destruição da escola pública por esse governo, privatização e militarização, essa medida demonstra se tratar de um governo ultradireitista, entreguista e apoiado na força policial.

O problema principal está no fato das direções políticas não organizarem um combate decisivo sobre o avanço do Estado policial em São Paulo, que de fato é expressão do Estado policial nacional. O avanço do militarismo e o fortalecimento do aparato das polí-



Câmara de SP aprova mudança de nome da GCM para Polícia Municipal



cias (incluindo e extraordinário fortalecimento da GCM na capital paulista) tem sido ignorado pelas centrais sindicais, sindicatos importantes e movimentos populares. Eventualmente organizam manifestações diante de um assassinato mais escabroso, como de Gabriel Soares, morto na frente do Oxxo ou como no caso de Marcelo Amaral, jogado de uma ponte. Mas não vão além disso, o que é completamente inócuo. A orientação das direções políticas ligadas ao petismo, como no caso da APEOESP, é de desgaste do governo Tarcísio, para capitalizar esse desgaste em 2026 nas eleições.

A resposta proletária ao fortalecimento da repressão passa

## Resposta marxista à criação da Frente Parlamentar em Defesa do Estado Laico

O deputado federal Pastor Henrique Vieira do PSOL-RJ reuniu as 171 assinaturas necessárias para a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Estado Laico. O requerimento será enviado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. A frente contará com parlamentares da base do governo PT, PSOL e PCdoB.

O deputado falou: “Diante do crescimento de discursos e iniciativas que tentam impor visões religiosas na legislação, o compromisso é assegurar que o Estado Laico continue a ser um pilar da democracia brasileira. Com objetivo de reunir deputados e deputadas na defesa de um Estado que respeite todas as crenças e a não crença, sem se pautar por uma religião específica.

Também para combater o racismo e a intolerância religiosa, que atingem especialmente as religiões de matrizes africanas e indígenas. A Frente promoverá seminários, cartilhas informativas e diálogo com o parlamento e a sociedade, fortalecendo o Estado Laico como pilar da democracia e da diversidade. Seguimos na luta por um Brasil mais justo e igualitário! Lancei a frente e muitos parlamentares assinaram por adesão ao tema. Depois, conseguimos as demais por articulação, dialogando com deputados de centro e de direita”. Segundo ele, houve resistência pontual no processo de articulação, mas parlamentares conservadores e de direita tiveram um bom diálogo.

A política do PT, PSOL e PCdoB é a da conciliação de classes e da criação de ilusões nas massas oprimidas de que seus problemas serão resolvidos por meio de suas negociatas parlamentares. Não há ilusão maior no capitalismo. Na base dessa ilusão, está a ideia de que é possível democratizar o Estado burguês e colocando uma parte de sua enorme estrutura a favor dos explorados. O governo Lula se apoiou nessa ideia logo que foi eleito. Subiu a rampa com representações de diversos setores oprimidos, distribuiu ministérios, mas logo foi cobrado pelo capital financeiro para esvaziar o Ministério do Meio Ambiente, dos Povos Indígenas, atacar as greves de professores, do ICMBio, do IBAMA etc. O Estado burguês não é ‘democratizável’, assim como o capitalismo não é ‘reformável’.

Aí está a base do que significa essa Frente parlamentar pelo Estado Laico, mais uma ilusão psolista sobre uma base eleitoral

por organizar os trabalhadores por suas próprias reivindicações mais sentidas, no sentido de movimentar as massas no terreno da luta de classes, o que certamente fará com que as massas em luta se choquem com o governo entreguista e policiaresco de Tarcísio. Passa também por organizar nos sindicatos e movimentos as oposições classistas e revolucionárias, que possam organizar a luta com independência de classe. A bandeira de um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia, incluindo de seu braço armado, a polícia, deve ser um guia na luta da vanguarda com consciência de classe.

pequeno-burguesa. Isso porque a classe operária e os milhões de trabalhadores informais e desempregados querem ver, antes de qualquer discussão sobre Estado Laico, comida no prato, direitos trabalhistas garantidos e salário suficiente para sustentar sua família.

Mas alguém poderia ingenuamente argumentar: “foram as bancadas religiosas que apoiaram e implementaram medidas de ataque aos trabalhadores. Uma frente como essa poderia reverter esse processo.” Explicaríamos que esse raciocínio está equivocado. Que a ausência de qualquer traço laico no Estado é fruto da decomposição capitalista e que o avanço em sua crise amplia a representação religiosa. Diríamos que o crescimento espetacular do número de religiosos, principalmente os ligados às neopentecostais, é consequência da pobreza, miséria e fome crescentes. Diríamos, por fim, que o domínio religioso nas estruturas do Estado está subordinado a setores do grande capital, ou seja, como superestrutura, a religião está determinada, em última instância, pelo poder econômico. Portanto, o combate coerente a esse domínio só pode se dar no terreno próprio dos explorados, que é a luta de classes. O Estado só será laico quando for operário, dirigido pela classe operária em aliança com o campesinato e demais classes oprimidas.

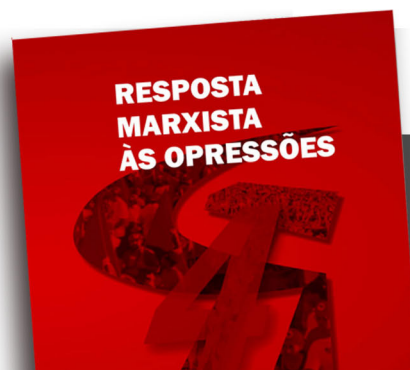
A Frente parlamentar pelo Estado Laico é um engodo, porque visa limitar o poder da burguesia no próprio campo da burguesia. Não se apoia na força das massas para arrancar suas próprias reivindicações, mas na criação de ilusões reformistas de um hipotético Estado burguês livre das influências exteriores, como a religiosa.

O marxismo tem um programa muito claro sobre a questão religiosa, como uma manifestação da sociedade de classes, que no capitalismo ganhou contornos particulares servindo à dominação burguesa e ampliação da concentração de capital. Não será resolvida dentro do próprio capitalismo. Será superada em uma sociedade superior, onde a carência material não mais determine a condição de vida da maioria. Será superada com o fim da propriedade privada. Será superada através da superação do modo de produção capitalista, que se baseia na mistificação das relações sociais e das necessidades humanas.

**Publicado o livro:**

### RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

**As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social.** As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



# NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XXI - Março/2025**

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



## Política Operária

### **A classe operária tem sua resposta diante do aumento do custo de vida:**

*Por um salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora.*

*Reajuste automático dos salários*

*Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do pacote antioperário de Lula*

*Não ao pagamento da dívida pública!*

*Que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos*

O governo burguês de Lula/Alckmin, como os anteriores, dá continuidade ao pagamento da dívida pública, que significa o maior saque das riquezas do país pelos banqueiros e pelo capital financeiro. A dívida bruta está na marca de R\$ 8,98 trilhões, ou seja, 76,1% do PIB. O pagamento dos juros alcançou o gigantesco valor de R\$ 950,4 bilhões no ano.

As contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização aprovadas por Temer e Bolsonaro; o Arcabouço fiscal (novo teto de gastos) e o recente pacote de ataque aos trabalhadores aprovado pelo governo Lula, que atinge o salário mínimo, o BPC, o Abono Salarial, a saúde e educação pública, tem como objetivo a redução de gastos do Estado para pagar juros da dívida pública.

Por outro lado, a alta do custo de vida, o salário mínimo miserável, o crescente desmonte da saúde e educação e o retrocesso em programas sociais têm aumentado o descontentamento dos trabalhadores em relação ao governo Lula. A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC e toda a burocracia que defende o governo burguês de Lula dizem que não podemos fazer críticas ou organizar a luta contra os ataques de Lula, porque isso ajuda a ultradi-

reita, o bolsonarismo a voltar. Apesar desse apelo dos burocratas, vem crescendo o descontentamento dos trabalhadores e só não tem sido maior porque as direções sindicais estão fazendo de tudo para impedir que esse descontentamento se desemboque em lutas, em greves.

*O Boletim Nossa Classe chama a classe operária e demais explorados a não cair nessa conversa fiada desses pelegos traidores. Devemos lutar agora contra os ataques do governo Lula, do Bolsonaro ou de qualquer governo burguês. Os sindicatos e centrais não podem apoiar este ou qualquer governo burguês. Os sindicatos devem defender os interesses dos trabalhadores e manter sua independência em relação aos governos, ao Estado e à patronal.*

*O Boletim Nossa Classe defende o programa próprio dos trabalhadores. Portanto, um programa de resposta à elevação do custo de vida e de avanço da pobreza. Defende o salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora. Defende a reposição das perdas salariais e o reajuste salarial automático: subiu a inflação, os salários são automaticamente corrigidos. Defende o não pagamento da dívida pública, que saqueia o país. E ergue a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.*

### **Operários terceirizados da Bridgestone denunciam condições de trabalho insalubre e inseguras!**

*Unificar a luta dos trabalhadores efetivos e terceirizados!*

*Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados!*

Operários que trabalham em uma empresa terceirizada dentro da multinacional Bridgestone, em Santo André, fizeram duas denúncias: 1) disseram que trabalham em um galpão realizando manutenção de empilhadeiras, com risco de queda da estrutura, fiação elétrica improvisada, esgoto a céu aberto e sujeitos a picadas de animais peçonhentos. Além disso, o óleo lubrificante e solventes se misturam à água da chuva e segue pelo sistema de drenagem sem tratamento. Os operários informaram que já denunciaram para a direção da fábrica, que, como sempre, nada fez; 2) Também denunciaram as condições de trabalho e salário das empresas terceirizadas.

Diante das denúncias dos terceirizados, Márcio Ferreira, o burocrata presidente do Sintrabor (Sindicato dos Borracheiros da

Grande São Paulo e Região), defensor da terceirização, se limitou a dizer que vai pedir para a Bridgestone trocar a empresa terceirizada por outra que assumira esses trabalhadores. Como se vê, a direção do Sintrabor é a favor da terceirização, um duro ataque imposto pelo governo Temer. O sindicato, ao invés de organizar a luta pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e pôr fim às terceirizações, que na prática só beneficiam os patrões, os burocratas preferem indicar uma outra empresa terceirizada que, junto com a Bridgestone, continuará explorando os operários.

O Boletim Nossa classe chama os operários terceirizados e efetivos na Bridgestone e de outras fábricas a se organizarem nos locais de trabalho, para construir uma comissão de fábrica, de luta e classista. Uma comissão independente dos patrões para lutar pela efetivação de todos os terceirizados.

## Denúncias dos operários da Vigor

No dia 7 de março foi feita a distribuição do Boletim Nossa Classe na fábrica da Vigor. A campanha pelo fim da escala 6x1 chamou a atenção dos operários. Um deles afirmou que a maioria ali trabalha nessa escala, fazendo 44 horas semanais, e que somente os do período noturno não trabalham aos sábados.

Não bastasse isso, os operários chegam cerca de 30 minutos a 1h antes do horário de bater o ponto para se trocarem e estarem equipados, o que mostra que não é contabilizado esse tempo que já estão a serviço da empresa.

Um trabalhador terceirizado da frota de caminhões destacou que são prejudicados em relação aos efetivos e acha que a terceirização deveria acabar, que o certo seria a Vigor contratar eles diretamente, afinal trabalham para a empresa. Também se mostrou decepcionado com o governo Lula, dizendo que o presidente "enfraqueceu muito" e não é o mesmo que ele conhecia antigamente, mas que não vota no Bolsonaro. Ele ainda criticou o sindicato, di-

zendo que deveríamos construir outros, porque esses não fazem nada.

Os militantes responderam que a classe operária precisa de sindicatos de luta e independentes dos governos e patrões. Não é preciso construir outros. Mas, é preciso lutar para conquistar a direção do sindicato, e expulsar de lá essas direções que não fazem nada. Essa luta começa com a organização dos operários mais conscientes, constituindo as oposições. Trata-se de uma luta combinada com a defesa das reivindicações de melhores condições de salário e trabalho. O militante disse, também, que uma luta importante é a do fim da terceirização e a efetivação dos trabalhadores terceirizados.

Outros operários se mostraram interessados. Essas reações dos operários indicam a insatisfação em relação à direção do sindicato e disposição de lutar contra a exploração dos patrões.

## AVIBRAS: trabalhadores em greve há 22 meses sem receber os salários e direitos!

*Não há o que esperar!*

*Os operários devem responder com a ocupação da fábrica e o controle operário da produção!*

A situação dos trabalhadores da Avibras em Jacareí (SP), em greve desde setembro de 2022 se agrava e, o grande problema é a política de conciliação e passividade da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. A 22 meses o patrão não paga os salários. Com o fechamento da fábrica, as condições de vida dos operários é cada dia pior. Alguns perderam suas casas, adoeceram e permanecem sofrendo as consequências do fechamento da fábrica e do desemprego.

No dia 27 de fevereiro, realizou-se uma assembleia com os trabalhadores para expor a nova negociata entre a patronal, a justiça burguesa e o sindicato. A Avibras informou, no dia 31 de janeiro, que está em negociações com a empresa saudita Black Storm Military Industries, tentando conseguir investimentos para a recuperação da fábrica. Entretanto, até agora, nada resolvido.

Diante desse profundo ataque da patronal aos operários e suas condições de vida, é um dever da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos organizar a luta e defender os empregos, salários e direitos por meio da ação direta, ocupando a fábrica, colocando a fábrica para funcionar sob o controle operário e organizar a luta nacional da classe operária pela estatização, sem indenização ao patrão e sob o controle operário. A direção pelega, no entanto, isola a luta dos operários da Avibras e se nega a fazer uma campanha de unidade junto à classe operária da região do Vale do Paraíba.

*O Boletim Nossa Classe defende a estatização, sem indenização, da Avibras, sob o controle operário. Que a direção do sindicato rompa com essa política de conciliação e organize uma campanha nacional em defesa da Avibras.*

## Formação política do Nossa Classe

### O 1º de Maio e a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários

O Nossa Classe inicia nesta formação política a campanha por um 1º de Maio operário, internacionalista e socialista! Um 1º de Maio independente dos patrões, do Estado e dos governos burgueses.

O 1º de Maio, Dia Internacional de luta dos trabalhadores é uma data em homenagem aos cinco operários anarquistas executados por participarem da greve geral, que ocorreu em 1º de maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, que foi duramente reprimidas. Tratava-se de uma greve por melhores condições de trabalho e a redução da jornada de trabalho para oito horas.

Nas condições de decomposição do capitalismo, as massas estão ameaçadas mais do que nunca ao desemprego e à miséria. No Brasil, 38,9% da população ocupada não possui um emprego formal, são trabalhadores autônomos e sem nenhum direito trabalhista. Se os trabalhadores informais fossem incluídos na taxa de

desemprego, somando os 38,9 milhões aos 6,2 milhões de desempregados, o número real chegaria a alarmantes 45,1%. Isso significa que quase metade dos trabalhadores aptos a trabalhar, estimado em 108,8 milhões, está em empregos precários ou diretamente desempregado.

O desemprego e o aumento do custo de vida são dois problemas que exigem respostas e métodos de luta generalizado da classe operária. Contra o aumento do custo de vida devemos levantar a bandeira do salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora, e a escala móvel de reajuste. Não podemos permitir a transformação de uma parte crescente dos operários em desempregados crônicos, em miseráveis vivendo das migalhas de uma sociedade em decomposição. O direito ao trabalho é o único direito sério que tem o operário numa sociedade fundada na exploração. Contudo este direito lhe é retirado a cada instante.



Contra o desemprego devemos defender a bandeira da escala móvel das horas de trabalho. Os sindicatos e centrais devem convocar um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral, para ligar os que têm trabalho e os que não têm pelos compromissos mútuos de solidariedade. As horas necessárias para produzir nacionalmente, devem ser repartidas entre todos os trabalhadores existentes, empregados e desempregados, e é assim que será determinada a duração da jornada de trabalho, permanecendo o salário de cada operário o mesmo que na antiga semana de trabalho. Nenhum outro programa pode ser aceito para o período catastrófico atual. A burguesia (patrões) e seus partidos e representantes irão dizer ser impossível atender essas reivindicações. Os pequenos capitalistas, sobretudo os que já caminham para a ruína, invocarão os seus livros de contabilidade. Os operários devem rejeitar categoricamente estes argumentos e

estas choradeiras dos patrões. Trata-se de preservar o proletariado da decadência, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida ou da morte da única classe criadora e progressiva e, por isso mesmo, do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações das massas, deve ser destruído.

A classe operária e demais explorados não devem depositar nenhuma confiança nas eleições, nem no parlamento burguês. Devemos acreditar apenas no método próprio de luta da classe operária que é a greve, a ação direta. A “possibilidade” ou a “impossibilidade” de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de força que não pode ser resolvida se não pela luta. Esta luta, quaisquer que sejam os seus sucessos práticos imediatos, será a melhor maneira de levar os operários a compreender a necessidade de liquidar a escravidão capitalista.

Ceará

## **Aumento da cesta básica ataca trabalhadores**

*Agro manda e governo obedece!*



O preço da cesta básica tem aumentado em várias capitais, como mostrou um recente levantamento do DIEESE. Em Recife, João Pessoa e Natal, o aumento apenas de fevereiro foi, respectivamente, de 4,44%, 2,55% e 2,28%. Segundo a dados da ABRAS (Associação dos Supermercadistas), nacionalmente a cesta básica subiu em média 14,2% desde 2024. Em São Paulo, onde está a cesta básica mais cara do país, atingiu um valor de R\$ 860,53.

A tendência à elevação do valor da cesta básica resulta do aumento geral dos alimentos e tem a ver com a diminuição da oferta pelos latifundiários e agronegócio – desperdício intencional de alimentos para elevar os preços e alcançar maiores lucros.

O problema está em que o salário mínimo não acompanha o aumento geral do custo de vida e as contrarreformas pioram as condições de vida. O salário de miséria de R\$ 1.518,00 imposto por Lula atende aos interesses do capital financeiro. Lula mostra-se impotente para combater a alta dos alimentos. Ao contrário, senta à mesa do agronegócio e deixa-o fazer o que quer. As burocracias sindicais, por sua vez, tapam os ouvidos para as reclamações dos explorados.

É preciso responder à alta dos preços dos alimentos com a defesa do reajuste automático dos salários (escala móvel dos salários) e do salário mínimo vital, que segundo o DIEESE corresponde a 7.229,32. A alta da cesta básica deve servir à vanguarda para exigir das centrais e sindicatos que rompam com o governo e convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das condições de vida (salários, empregos e direitos), pelo fim das contrarreformas de Temer, Bolsonaro e do pacote fiscal antipopular Lula/Haddad. Tal é a tarefa do momento.

São Paulo

## **Educadores da rede municipal de SP se preparam para a greve**

Nas reuniões de Representantes de Escola (REs) e do Conselho Geral do Sinpeem, ocorridas nos dias 28/2 e 7/3 respectivamente, o tema principal debatido foi o da preparação para a greve dessa campanha salarial. A primeira assembleia do ano está marcada para 18/3 – muito tarde, dada a gravidade da situação, com vários ataques desferidos pelo governo contra a categoria. A Corrente Proletária, que faz parte da oposição à direção do sindicato, propôs a antecipação da assembleia. Os problemas se acumulam: o arrocho salarial, a ameaça de rebaixamento de jornada (consequentemente, dos salários) dos readaptados, eliminação do direito de escolha na atribuição de aulas (com a imposição dos diretores de escola), expansão do falido ensino integral, precarização das condições de trabalho (que tem levado ao adoecimento dos edu-

cadores), além da tentativa de substituição do regime de salários pelo de subsídios, que, caso seja aprovada pelo governo, levará à perda de direitos históricos, como quinquênios e sexta-parte.

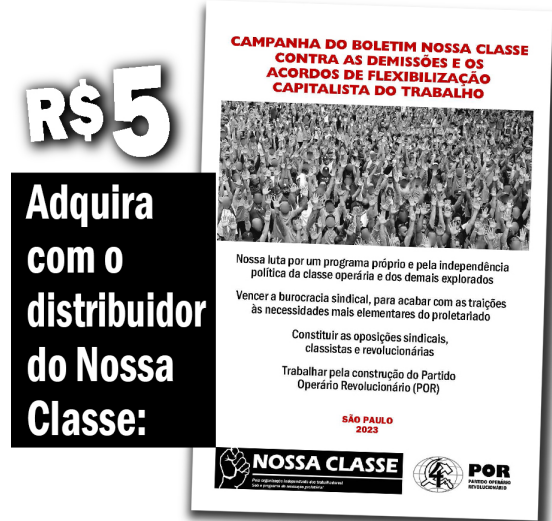
Do ponto de vista da construção da mobilização, o obstáculo maior se encontra na política divisionista das direções sindicais. A Coeduc (organismo que abrange o Sinpeem, Sedin e Sinesp) tem insistido na linha corporativista, que separa as entidades da Educação do restante do funcionalismo público, representado pela Fórum (Sindsep, Aprofem e outros). O argumento utilizado é que há entidades do Fórum que apoiam a política de subsídios. O que não é verdade. É certo que alguns dos sindicatos, a exemplo do Sindsep, acabaram cedendo ao regime de subsídios no passado. Erraram, mas depois fizeram a autocrítica. O problema, porém, é

que essa questão tem sido utilizada como uma cortina de fumaça. Afinal, quem deve decidir sobre as reivindicações e métodos de luta coletivos são os próprios trabalhadores, reunidos em assembleia, colocando em prática o princípio da democracia operária.

Esses atritos entre as burocracias sindicais não interessam aos trabalhadores. Estes sabem, mesmo que instintivamente, que a mais ampla unidade, no campo da independência de classe, torna a mobilização mais forte na luta contra o governo. Quem divide o movimento favorece o direitista Nunes.

Para a Corrente Proletária, o caminho da vitória passa pela defesa da unidade e pela construção de uma greve ativa. O que significa trabalhar para projetar a luta do funcionalismo à sociedade. As assembleias e atos massivos de rua, a combinação entre as ações regionais e as centralizadas, as atividades de propaganda e agitação, as ocupações, ou seja, os métodos da ação direta são fundamentais para romper o isolamento imposto pelas direções sindicais conciliadoras, pelos órgãos de imprensa da burguesia e pelo próprio governo. Outra medida prática essencial para a conquista das reivindicações é o fortalecimento dos comandos de greve, que

devem se organizar para visitar as escolas e, assim, ganhar para a luta cada vez mais trabalhadores.



São Paulo - Boletim da Corrente Proletária divulgado nas escolas estaduais e na reunião de Representantes de Escola, ocorrida no dia 15 de março

**O Boletim chama os professores a participarem da assembleia de 21 de março, com o título:**

**Sem a greve, não será possível derrotar os ataques de Tarcísio à escola pública e o rebaixamento salarial**

Transcrevemos três passagens do Boletim:

O governo Tarcísio retomou o projeto bolsonarista de escola cívico-militar. Vem avançando a passos largos na privatização da escola pública. Desde o final do ano passado, várias medidas de destruição do ensino foram e continuam sendo impostas diariamente. As fundamentais foram: 1)cortou disciplinas da grade curricular e ampliou os odiosos itinerários formativos; 2) fechou inúmeras salas de aula bimestralmente, bem como da EJA; 3)transformou as PEIs de 7 horas em um único turno de 9 horas; 4) impôs a municipalização de mais 25 escolas do ensino fundamental; 5) determinou o aumento das plataformas digitais e pressionou os gestores, professores e alunos para o uso delas diariamente; 6) aumentou o tempo da hora-aula para 50 minutos, das ATPCS, ATPLS e APDs vinculadas à EFAPE (intitulado "Planejamento de Aula");7) realizou o leilão de terrenos na Bolsa de Valores para implantar as 33 escolas com gestão privada; 8) retomou a militarização das escolas por meio do programa bolsonarista de escolas cívico-militares; 9) demitiu milhares de professores contratados e impôs o subemprego para centenas de professores efetivos.

Todas essas medidas causaram um grande impacto sobre professores, funcionários, alunos e pais. O resultado nefasto é violento e visível em pouco mais de um mês do início do ano letivo: 1)aumento da quantidade de professores subempregados e esgotados, que por terem poucas aulas atribuídas, passaram a eventuar nas aulas vagas, como forma de tentar recompor parte do seu poder aquisitivo; 2)abandono do magistério de professores listados do PSS sem aulas atribuídas até hoje. Perceberam que só existem umas minguadas aulas de substituição para serem atribuídas em cadastro emergencial; 3)salas de aula lotadas, tanto no Ensino Fundamental como no Médio, prejudicando mais ainda a aprendizagem; 4)aumento dos conflitos entre alunos e entre aluno e professor; 5)falta de vagas para os alunos PCDs e de professores especialistas para acompanhá-los; 6) falta de vagas para alunos trabalhadores, que foram expulsos das escolas que fecharam o noturno e salas de EJA; 7)precariedade das salas de aulas, com a

falta de ventiladores e outros instrumentos para suportar o calor extremo; 8)aumento das doenças profissionais e licenças médicas devido ao esgotamento físico e mental dos professores, funcionários e alunos, que vivem sob constante pressão para obter resultados satisfatórios nas provas externas, como Saesp e Saeb; 9)brutal arrocho salarial. Tarcísio não reajusta os salários dos trabalhadores da educação e não aplica a Lei do Piso Salarial, provocando queda no poder aquisitivo.

Eis aí por que não podemos esperar mais! Chega de pressão aos deputados capachos de Tarcísio! Chega de adiar a luta direta! É preciso derrotar os ataques do governador bolsonarista com os métodos próprios dos trabalhadores, que são a greve e as manifestações de rua.

Levantemos as reivindicações que unificam professores efetivos e contratados. Levantemos as bandeiras democráticas em defesa da escola pública. Levantemos a reivindicação de "Nenhum jovem sem estudo, nenhum jovem se trabalho". Unidade de professores, funcionários e estudantes para: 1)votar "NÃO" na consulta do governo sobre adesão ao projeto das escolas cívico-militares;; 2)não à privatização; defender um único sistema de ensino público, gratuito, laico, sob o controle de quem estuda e trabalha; reestatização das escolas e empresas que foram privatizadas; 3) revogação da Lei da Terceirização e das contrarreformas da previdência, trabalhista e do Novo Ensino Médio; 4)abaixo o pacote antipopular de Haddad/Lula; 5) não ao PEI (Ensino Integral). Reabertura das salas, turnos e escolas fechadas, para assim dar vagas aos alunos e emprego a todos professores; 6) não às salas superlotadas; máximo de 25 alunos por sala; 7)efetivação de todos os professores contratados; fim da terceirização nas unidades escolares; 8) fim do ensino a distância e suas plataformas digitais de controle ideológico; liberdade de cátedra; 9) reposição das perdas salariais. Que nenhum professor e trabalhador pai ou mãe de família ganhe menos que um piso vital (mínimo necessário para sobreviver), que pelo cálculo do Dieese deveria ser R\$ 7.229,32;

**Todos à assembleia do dia 21 de março, para aprovar a greve!**

Geará - Balanço da campanha salarial 2025

## **APEOC finaliza a campanha salarial de mãos dadas com o governo**



Como era de se esperar, a direção da APEOC encerrou a campanha salarial 2025 aceitando as migalhas oferecidas pelo governador Elmano Freitas/PT.

Em fevereiro, o Sindicato APEOC e o governo do estado fizeram um acordo para o pagamento do reajuste miserável de 6,27% no Piso Nacional aos professores da rede estadual. O governo se comprometeu a pagar retroativamente a janeiro com repercussão na carreira. O valor reajustado do Piso Nacional em R\$ 4.867,77

para 40h é muito baixo tendo em vista a inflação real e o aumento do custo de vida. A burocracia sindical há muito abandonou a luta por um piso salarial digno. A Corrente Proletária defende um piso nacional do magistério equivalente ao salário mínimo do Dieese (R\$ 7.229,32). Ao invés disso, a APEOC submete-se às diretrizes da burguesia e de seus governos adaptando-se ao quadro de crise mundial e aperto orçamentário.

Como resultado do acordo com o governo alguns pirulitos ficaram para o futuro, a exemplo das promoções sem titulação de 2023/24; a antecipação do pagamento retroativo do piso para aposentados (no primeiro semestre de 2025); a convocação de todos os remanescentes do concurso público de 2018 e do concurso para professores indígenas; e a antecipação do pagamento da quarta parcela dos precatórios do FUNDEB (no primeiro semestre de 2025).

O governo do estado mantém a precarização salarial e das condições de ensino. Os professores não devem aceitar as negociações a portas fechadas entre SEDUC e o Sindicato, nem o acordo rebaixado feito com Emmano de Freitas. A Corrente Proletária na Educação/POR exige a convocação de assembleias para que a categoria possa aprovar um plano de lutas pelos demais pontos da pauta.

Rondônia

## **4º Encontro de Docentes da Universidade federal de Rondônia**

*Por uma universidade classista e de luta*

Entre os dias 20 e 22 de fevereiro, ocorreu o 4º Encontro de Docentes da UNIR, proporcionado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adunir), com o slogan "Perspectivas da carreira, condições de trabalho e organização docente". O encontro aconteceu seis dias após eleger a nova direção da entidade, posterior ao Congresso Nacional do ANDES, que ocorreu em 27 a 31 de janeiro de 2025, em Vitória (ES), no qual houve a pré candidatura de chapas para concorrer à diretoria da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Assim, em fase posterior estaria em vésperas acontecer a organização e entrega geral da nominata das chapas, para as eleições que se darão entre os dias 7 e 8 de maio.

O Encontro trouxe debates de temas caros à "universidade pública". Estes debates são importantes no sentido de nos conduzir para a atualização de conhecimentos em torno ao contexto político, social e econômico do país e os reflexos nos investimentos na educação pública em todos os níveis. Tratam-se de problemas que vêm sendo enfrentados pelos explorados de todos os recantos do mundo, oriundos da profunda crise econômica do capitalismo, que se refletem no Brasil. Porém, foi carente de discussões em torno à barbárie capitalista, que avançou com as guerras de dominação promovidas pelas potências imperialistas, como a guerra da Ucrânia e na Faixa de Gaza.

A Corrente Proletária avalia como positiva as discussões sobre a situação da universidade, que sofre as consequências dos cortes de recursos, da precarização das condições de trabalho e do avanço da privatização e terceirização, bem como do avanço das posições

de ultradireita, em particular no estado de Rondônia. A ausência de uma ampla discussão entre os trabalhadores da educação e estudantes universitários tem sido um grande problema, que precisa ser superado. Não por acaso, nas eleições para a entidade, apesar das críticas à conduta da direção do sindicato de ter organizado o processo eleitoral de modo que apenas uma chapa fosse inscrita, a Corrente Proletária chamou os professores a votarem na chapa "Resistir, Lutar e Avançar", em defesa da universidade pública, das condições de trabalho e do fim das medidas privatizantes. Ou seja, na defesa da entidade que no decorrer de 10 anos esteve nas mãos da direita e ultradireita.

No decorrer do Encontro, a Corrente Proletária pôde mostrar a importância do sistema único, gratuito, laico e vinculado à produção social. Portanto, do direito ao acesso a todos à universidade. Defesa essa que implica a luta pelo fim do sistema privado, por meio da estatização e do controle pelos que trabalham e estudam.

Assim, a Corrente Proletária defendeu que a diretoria eleita se apoie na convocação de assembleias, na unidade entre professores, funcionários e estudantes e nas manifestações de rua. Eis os principais pontos:

1) a retomada da luta para fortalecer a entidade. Organizar as assembleias gerais unificadas entre as três entidades de luta da universidade: a entidade estudantil (DCE); a entidade dos docentes (Adunir); dos técnicos administrativos (Sintunir) e trabalhadores terceirizados, que são colocados à margem da vida universitária, para impulsionar a busca dos direitos dos estudantes, docentes e funcionários;



2) a defesa da democracia sindical, classista. Que todos os componentes da universidade possam ter direito de expor suas ideias, para que as deliberações possam ser tomadas por meio das assembleias gerais unificadas;

3) a unidade da universidade com a luta do conjunto dos trabalhadores explorados, para pôr fim às contrarreformas trabalhista, previdenciária, à lei da terceirização e aos planos de privatização

dos governantes. Em particular, para enfrentar o obscurantismo científico, que vem avançando nas universidades;

4) a luta consequente pelas reivindicações vitais se choca com a raiz da decomposição da educação, que é o sistema capitalista em decomposição. Levantemos a bandeira de: “Por um único sistema de educação, público, gratuito, laico e voltado à produção social”.

## Pernambuco

### Boletim da Corrente Proletária Estudantil nº3 – Recife

O Boletim trouxe como título: Abaixo o plano de cortes da reitoria da UFRPE - Convocar a Assembleia Geral Universitária para que a comunidade organize a luta pelo financiamento integral da Universidade! Diz o boletim:

Confirmando a tendência governista, o MEC ignorou a promessa de não reduzir as verbas para a educação, deixando o orçamento de 2024 menor do que o ano anterior. Para 2025, o orçamento ainda segue em disputa no Congresso Nacional, sem previsão para a recomposição orçamentária. Como consequência, para evitar o endividamento, a reitora da UFRPE, Maria José de Sena, anunciou o Plano de Equilíbrio Orçamentário (PEO), por meio da Instrução Normativa nº 4.

Entre os gastos que se pretende reduzir, encontram-se: cortes de 20% em combustível, 20% em telefonia, 30% na gráfica (papel e tinta), 10% em licença de softwares, 20% em passagens e diárias, 10% em manutenção de frota, 20% da energia, 50% dos estagiários e 30% das bolsas promovidas por recursos próprios da UFRPE, além de estabelecer cortes de 10 a 50% nos contratos de terceirizados. Não há dúvidas de que os cortes serão “compensados” com a pressão para que professores e estudantes tirem recursos do próprio bolso para viabilizarem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É atribuído à Comissão Gestora do PEO poderes-chave dentro da burocracia universitária, sendo responsável por dar aval a quase todo novo projeto que necessite usar alguma verba própria, por exemplo: novos editais, convênios, contratos, parcerias e alocação de imóveis. A Instrução Normativa promete que bolsas, auxílios e políticas de acessibilidade não serão cortadas, mas não podemos confiar na burocracia universitária.

A UFRPE enfrenta sucessivos cortes há uma década, debilitando as condições de estudo, trabalho e afetando a saúde mental de todos. No site da Andifes, o orçamento de 2024 foi de R\$75,5 milhões, enquanto que o de 2014 foi de R\$132,5 milhões. Somando a inflação de 10 anos, seria necessário R\$235,2 milhões para se equiparar ao valor de 2014.

Frente aos ataques na UFRPE é imprescindível denunciar a burocracia da universidade para remendar o orçamento. É fundamental que os estudantes se unam aos técnicos, professores e terceirizados para não serem reféns dos ditames da Comissão Gestora do PEO.

A Corrente Proletária Estudantil propõe:

1. Que as entidades representativas de estudantes, professores, técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados convoquem um comitê unificado e preparem uma assembleia unificada, que apresente o orçamento necessário para o pleno funcionamento da universidade e delibere as formas de luta para arrancá-lo da burguesia e seu governo;

2. Abaixo a Comissão Gestora do Plano de Equilíbrio Orçamentário! É preciso lutar contra os cortes e não descarregar nos ombros dos terceirizados, estudantes, técnicos e professores;

3. Unificar essa luta com as demais instituições federais de ensino de Pernambuco, que estão sofrendo o mesmo problema, assim como com o conjunto da educação federal no país.

## São Paulo – ABC

### SinTUFABC: Balanço da Paralisação de 11 de março de 2025

Diante da quebra do Termo de Acordo de Greve (TAG) dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) pelo governo Lula/Alckmin, em particular do atraso no pagamento da reposição salarial, previsto para janeiro de 2025 e ainda não implementado, a Direção Nacional da FASUBRA-Sindical convocou uma Paralisação Nacional em 11 de março pelo cumprimento integral do Acordo de Greve e pela aprovação da LOA - Lei Orçamentária Anual, que se tornou parte da Semana de Mobilização dos Servidores Públicos do Executivo Federal.

Em assembleia realizada em 25 de fevereiro, a base do SinTUFABC aprovou por unanimidade a adesão à paralisação. Embora a pauta da assembleia citasse apenas o cumprimento integral do Termo de Greve, não houve discussões sobre o chamamento nacional envolvendo a “aprovação da LOA”, uma peça da política econômica burguesa que garante os interesses dos capitalistas, como o subfinanciamento dos serviços públicos. No SinTUFSC, a base rejeitou a adesão à paralisação por ampla maioria criticando o “mote” com a “aprovação da LOA”.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

**SinTUFABC**



**Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública!**

Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!



**POR**



**MASSAS**

Junto a aprovação da paralisação, a Assembleia do SinTUFABC deliberou pela realização de dois eventos durante a paralisação, um sobre o um ano do início da greve e o plano de lutas a ser proposto na Plenária Nacional Geral da FASUBRA, que ocorrerá entre 14 e 16 de março em Brasília, e outro sobre a opressão à mulher, voltado às trabalhadoras terceirizadas. Nesse sentido, também foi aprovada a solicitação à gestão de liberação das terceirizadas para participar da atividade.

Considerando a finalização do atual mandato da direção do sindicato, a nova gestão, que tomará posse em abril, assumiu a organização das atividades. Observou-se uma diferença substancial na organização da paralisação, com destaque para o trabalho coletivo, a passagem nos setores convocando as atividades e a participação de dirigentes da CSP-Conlutas e da FASUBRA-Sindical na discussão sobre a greve.

Durante o debate apareceu uma divergência sobre o papel das bases e da direção na greve e, fundamentalmente, na deflagração. Para a Corrente Proletária, apesar do arrocho salarial e da postura combativa de uma pequena parcela da categoria, a deflagração da Greve da FASUBRA ocorreu pela tradição da federação que fez greves em todos os mandatos presidenciais do PT e que buscou mudar a correlação de forças nas “mesas de enrolação”. A deflagração da greve não ocorreu pela “pressão das bases”, mas pela posição da Direção Nacional da FASUBRA-Sindical. Exemplo disso é que nas Plenárias a maioria dos delegados sindicais eleitos pelas bases rejeitavam o indicativo de greve e o próprio SinTUFABC rejeitou a deflagração da greve em 11 de março.

Na atividade da tarde, que integrava a Semana da Mulher e que a Reitoria não liberou as trabalhadoras terceirizadas, informamos que naquele instante os terceirizados da vigilância estavam em reunião com a antiga empresa, o sindicato e a universidade, em função do atraso no pagamento da rescisão, contudo não houve adesão para que fizéssemos alguma movimentação próximo à reunião.

A Corrente Proletária interveio na paralisação, passando nos setores, com banca de materiais, distribuição do Boletim CPE-FASUBRA N.º 58 e fala no plenário.

## Encontro da Corrente Proletária

Em 17 de fevereiro, o Encontro da Corrente Proletária na Educação - Universidade Federal do ABC - contou com informes sobre as eleições à Coordenação Executiva do SinTUFABC, cuja chapa unitária da oposição foi a única inscrita. Foi citado o choque entre a concepção feminista e a marxista na construção da chapa, e a importância de impulsionar um movimento de mulheres classistas com o conjunto dos explorados. Ficou definido organizar a participação da categoria no ato de 8 de março em São Paulo e realizar o estudo coletivo do livro “Ser ou não ser feminista” da militante feminista Ana Montenegro no próximo Encontro.

Em relação às próximas atividades, discutiu-se a organização de um evento sobre combate às opressões e sobre a exploração do petróleo na Foz do Amazonas. O

esboço do folheto “SinTUFABC: Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública! — Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!”, com a experiência de luta no SinTUFABC nos últimos anos, foi apresentado e aprovado - e o material já está em circulação. O próximo Encontro será em 25 de março de 2025, às 17h.

Por fim, aconteceu a formação política com base no texto “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”, na qual foi destacada a importância do materialismo histórico dialético como método científico, fundamental para romper ilusões e compreender a realidade.

## Abaixo publicamos a síntese do Boletim CPE-FASUBRA: Um ano do início da Greve da FASUBRA de 2024

Apresentamos uma síntese do Boletim da Corrente Proletária na Educação (CPE) - UFABC N.º 58, distribuído durante a Paralisação Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), em 11 de março de 2025.

A greve da FASUBRA, iniciada em março de 2024, teve como pauta principal a Reestruturação do PCCTAE. A proposta inicial aprovada em Plenária incluía, dentre outros itens, a manutenção da matriz salarial única, a redução dos níveis de classificação de cinco para três, a recuperação e reclassificação de cargos, a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e a reposição das perdas inflacionárias, estimadas em 53,17% entre 2010 e 2023.

Desde o início, as direções desviaram e traíram a luta ao se recusarem a construir uma greve unificada do funcionalismo público federal e optarem por um movimento corporativo, fragmentado, passivo e desorganizado. O isolamento da greve, o predomínio de ações virtuais, sem mobilizações massivas e ocupações nas universidades e nas ruas favoreceram a política governista. A assinatura apressada do Termo de Acordo de Greve (TAG), com diversas reivindicações deixadas para “estudos futuros” foi o golpe final contra a mobilização.

O governo, por sua vez, tem descumprido compromissos assumidos no TAG e, com a Medida Provisória N.º 1286/2024, impôs mudanças que precarizam ainda mais a carreira dos TAEs. Entre os retrocessos estão a eliminação da matriz salarial única e do step único, e a ampliação da terceirização. O Boletim coloca que a política corporativista de reestruturação de carreira serviu aos interesses do governo e da burocracia estatal, que seguem desmontando o serviço público. Diante disso, afirma-se a necessidade de romper com a política de colaboração de classes e retomar uma mobilização independente, com greves, ocupações e bloqueios em torno de um programa próprio dos explorados. Para fortalecer a luta, propõe-se a reafirmação dos planos de luta já aprovados e não encaminhados, a realização de assembleias para discutir a Campanha Salarial e Educacional de 2025, a exigência do fim da cobrança do imposto de renda sobre os salários, a defesa de um Encontro Nacional dos servidores públicos federais (SPFs) com delegados eleitos pela base, a realização de um Dia Nacional de Lutas com paralisações e bloqueios, a aprovação do estados de greve, a convocação de uma Paralisação de 48h nas Instituições Públicas de Ensino (IPEs), com um dia de manifestações de ruas nos estados e regiões; e a defesa do indicativo de greve unificada do funcionalismo federal para 1º de maio de 2025.

## Massacres na Síria expressa a barbárie capitalista

Os massacres promovidos por milícias extremistas contra alauitas e grupos leais ao antigo regime de Bashar al Assad expressam a barbárie capitalista e a incapacidade do novo governo sírio em constituir a unidade nacional da Síria com as minorias

**R\$5**

**Adquira com o distribuidor do jornal Massas:**

**110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alekmin: percurso da luta na UFABC**

**UFABC NA LUTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

*Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!*

**POR** **MASSAS**



religiosas. A família Assad governava a Síria usando as minorias do país como títeres. Agora que caiu, essas parcelas estão vivendo represálias indiscriminadas.

O que acontece atualmente na Síria é uma campanha de vingança contra o antigo governo, que também praticava uma repressão brutal contra os seus adversários. Tudo isso orquestrado para preparar uma intervenção externa, gerar mais uma guerra civil e potencializar as guerras na região às custas de mais litros de san-

gue inocente. Não é novidade que o imperialismo estadunidense impulsiona uma escola de terrorismo financiando grupos extremistas rivais, como ocorreu com o ISIS e com o Talibã.

Esses acontecimentos demonstram a necessidade de construir o partido revolucionário e a frente única anti-imperialista, com um programa que seja capaz de unir os explorados e combater a política burguesa impulsionada pelos Estados Unidos junto ao Estado sionista de Israel e a Turquia.

## Paraná

### “Não foi confronto, foi execução!”

Na noite do sábado 15 de fevereiro, em Londrina, quatro policiais militares renderam e executaram de forma sumária Kelvin William de 16 anos e Wender Costa de 20 anos com 18 tiros. Como de costume para justificar os assassinatos, os policiais afirmaram que houve “confronto”, o que foi desmentido por testemunhas e por diversas reportagens que apontaram que os policiais mentiram nas versões declaradas no Boletim de Ocorrência. Trata-se de mais um assassinato de jovens pobres das periferias que se tornou corriqueiro no Paraná e em todo o país.

Os parentes, vizinhos e toda a comunidade revoltada com esta barbaridade imediatamente se manifestou contestando a versão dos PM’s, exigindo punição dos assassinos. Saíram às ruas, fecharam o trânsito e na sequência pelo menos 20 manifestações ocorreram no domingo (16), segunda-feira (17) e terça-feira (18) em comunidades da cidade. Os manifestantes seguravam faixas com dizeres, como “não foi confronto, foi execução” e “o inimigo veste farda”.

Na madrugada de terça-feira, o transporte público da cidade chegou a ficar parado por cerca de 8 horas devido a radicalização dos protestos. Dois ônibus foram incendiados e apedrejados por manifestantes revoltados, que também fecharam ruas, bloquearam o trânsito e fizeram focos de incêndio buscando chamar a atenção da imprensa e da população para a violência na periferia. A mobilização da comunidade prosseguiu nas semanas posteriores e diversos atos tem ocorrido com a mesma finalidade: contestar a versão da polícia e exigir a punição dos assassinos.

Verifica-se desta forma a continuidade de um padrão de repressão, cujas vítimas principais são os trabalhadores jovens das periferias – preferencialmente negros – assassinados pelos policiais militares, e até por guardas municipais, “justificados” a posteriori como sendo mortes em “confronto”, padrão que se perpetua devido à certeza da impunidade por parte dos assassinos.

A letalidade da polícia militar (assassinatos) em Londrina – segunda maior cidade do Estado do Paraná – se destaca como uma das mais altas no Estado. De acordo com um levantamento feito em 2022 a partir de dados do Ministério Público Estadual do Paraná e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cidade de Londrina tem uma letalidade policial acima das médias dos demais municípios do estado. Ademais, esses dados revelam que o Paraná concentra indicadores de mortes violentas acima da média nacional. O Município acumulou 176 Mortes em Decorrência de Intervenções Policiais (MDIP) no período de 2017 a 2021, segundo dados do Ministério Público Estadual do Paraná, o que representa um índice de 3,02 óbitos a cada 10 mil moradores. Quando soma-



dos os indicadores de Londrina, Ibiporã e Cambé, outros municípios conurbados a Londrina, chega-se a 228 mortes no período ou 3,06 casos por cada 10 mil habitantes - bem acima do conjunto da Região Metropolitana da Capital, formada por 10 cidades, onde o indicador de mortes decorrentes de ações das forças de segurança foi de 2,39 entre 2017 e 2021.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, acerca das condenações dos assassinatos praticado por policiais, “Apesar das condenações listadas e das determinações previstas nas sentenças, o Brasil pouco avançou na implementação das medidas ou na responsabilização de agentes estatais envolvidos em ações letais. Desde 2013, quando o Fórum Brasileiro de Segurança Pública passou a monitorar o indicador mortes decorrentes de intervenções policiais em território nacional, o crescimento no número de pessoas mortas foi de 188,9%, resultando em 6.393 vítimas apenas no ano passado. Isso significa que 17 pessoas são mortas diariamente pelas forças policiais brasileiras em ocorrências que presumem o excludente de ilicitude”.

Além da impunidade corrente dos policiais, no Paraná há uma escalada na brutalidade policial e do sistema repressivo em decorrência da direitização das oligarquias que comandam o estado. Desde o último governo de Beto Richa (PSDB) e principalmente do Ratinho Jr. (PSD) houve um incremento da truculência contra os movimentos políticos, os protestos e contra as populações das periferias. No caso do governo Ratinho Jr., este incremento acompanha a sua campanha para se credenciar como herdeiro do espólio do Bolsonaro, ou seja, agradar o eleitorado da direita. Nessa direção, ele além de incentivar a truculência policial, também promove as escolas cívico-militares e a privatização das escolas de segundo grau. Por isso, as bandeiras que as comunidades levantam exigindo punição pela justiça burguesa ou o uso de câmeras por parte dos policiais não têm qualquer possibilidade de diminuir a brutalidade e os assassinatos, pois se trata de uma política deliberada a que o estado burguês em decomposição precisa recorrer.

O enfrentamento coletivo dessa situação exige a ampliação do movimento contra a repressão, chamando as organizações populares e os sindicatos numa frente contra a repressão. Que promova manifestações, passeatas, fechamento de ruas e estradas e defesa a constituição de tribunais populares para punir os assassinos e seus mandantes, o governador e os prefeitos. Nenhuma ilusão na justiça burguesa!





São Paulo

## Smart Sampa: falsa ideia de segurança, que amplia as margens da injustiça, da opressão e do controle sobre a maioria oprimida

O Programa Smart Sampa, sistema de monitoramento por câmeras em espaços públicos e reconhecimento facial no município de São Paulo, é um instrumento para aumentar a repressão sobre a população pobre. A repressão não resolve o problema da criminalidade e da miséria, que são produto das relações de classe, e crescem com o aprofundamento da crise econômica. Serve tão somente para proteger a burguesia e uma camada da pequena burguesia da barbárie que ela mesmo criou.

Eis por que a ideia de uma cidade mais segura não deve ser comprada pelo trabalhador, quando o preço envolve o fato de que o próprio trabalhador passe a andar nas ruas com medo, não somente de ser vítima da violência urbana, mas também de ser punido injustamente ou abordado de forma violenta, quando confundido pelo programa de reconhecimento facial, como ocorre sistematicamente com pessoas pretas. Essa política se torna ainda mais reacionária diante do aumento da matança policial no governo ultradireitista de Tarcsio.

Em razão do erro recorrente do sistema de reconhecimento facial, em 2023 na cidade de Niterói, um jovem chegou a passar 55 dias detido, por um crime que não cometeu. Ele já havia sido preso anteriormente, acusado do mesmo crime. Em 2019, uma mulher foi

presa no Rio de Janeiro, reconhecida erroneamente pelas câmeras, enquanto quem cometeu o crime já cumpria pena há quatro anos. Erros como esses são frequentes em diversas partes do mundo, e mostram que os algoritmos de reconhecimento facial são construídos a partir de um viés racista, passível de diversas falhas. No País de Gales, a taxa de falsos positivos chegou a superar 90% em 2018.

Ou seja, o que se observa é uma política de controle e constrangimento, cuja utilidade é encher os bolsos dos capitalistas que desenvolvem e vendem tais equipamentos, além de violar os direitos de imagem da população.

Cabe às massas, ao invés de aceitar o controle social, a desigualdade jurídica e a repressão policial, produtos desse artifício que vem sendo utilizado para manutenção do capitalismo decadente, promover o enfrentamento à criminalidade e à violência urbana, combatendo sua raiz, que é a propriedade privada dos meios de produção. É nessa direção que poderemos ter a base material para acabar com a criminalidade e a violência, o que não é possível dentro do Estado burguês, Trata-se de uma luta por condições dignas de trabalho e moradia, por saúde e educação públicas e por um governo operário e camponês.

---

*Nos últimos números do Jornal Massas, demos atenção à crise que dilacera o PSOL. Agora, dedicamos à explicação sobre a ruptura de um importante dirigente do PCBR. Trata-se de mais um episódio de fragmentação no campo do estalinismo. Ambas as crises evidenciam a adaptação do PSOL, PCBR, PCB e PCdoB à democracia oligárquica e à estrutura burocrática do sindicalismo de colaboração de classes. Nosso objetivo não é o de criticar por criticar, mas para indicar o caminho da construção do partido revolucionário, cuja estratégia programática é o da revolução e ditadura proletárias.*

## Carta de desligamento de Ivan Pinheiro expõe crise no PCBR

O ex-dirigente do PCB e então membro do CC do PCBR, Ivan Pinheiro, divulgou nas redes sociais, neste dia 10/04, uma nota pública comunicando, para surpresa de muitos, seu afastamento orgânico do PCBR, o qual ajudou a fundar após um conflituoso processo de cisão com o PCB que remonta a 2023.

Ivan Pinheiro rompeu justificando a aproximação cada vez maior do partido com legendas da esquerda eleitoreira a exemplo do PSOL, UP etc., a política oportunista nas eleições municipais que levou o PCBR a liberar o apoio a candidatos do PT, PSB e PDT, além da violação do centralismo democrático pelo dirigente e youtuber Jones Manoel, que utiliza-se do princípio da “crítica pública” para, em seus canais, divergir abertamente de pontos programáticos do partido.

O PCBR foi fundado em maio/junho de 2024 no intitulado XVII Congresso extraordinário. Nasceu como mais uma cisão do PCB, cujos fundadores alegaram perseguições e expulsões sumárias por parte da direção nas mãos de Mauro Iasi e Sofia Manzano. Os dissidentes mal haviam se resolvido pela criação da nova organiza-

ção, quando se dividiram sobre a escolha do nome da sigla, entre Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Partido Comunista Brasileiro-Reconstrução Revolucionária (PCB-RR). A disputa não era casual. A vitória dos primeiros implicou em desconfiança dos últimos, entre os quais conta-se Ivan, sobre as intenções dos vitoriosos em não reconstruir o PCB, mas criar uma nova organização que desprezasse a história do partido. A verdade é que tanto o atual PCB quando seu rebento mais novo se desvencilham, cada vez mais, não apenas do stalinismo clássico, como de todo traço de marxismo, para se embebedarem no academicismo e ecletismo burgueses.

É possível que o mal-estar no PCBR não se encerre com o desligamento de Ivan Pinheiro e que as dissensões continuem a corroer por dentro a organização. Certamente a crítica de Ivan é compartilhada por uma parcela da militância e o partido pode enfrentar novas defecções e memos cisões à medida que trilhe o caminho do oportunismo como vem fazendo.

Excetuando seus primeiros anos, o PCB de 1922 já nasceu estalinista. Como tal, projetou-se em partido oportunista, alicerçado no revisionismo antimarxista. Percorreu toda uma trajetória de conciliação de classes e de apoio à burguesia nacional antes de se transformar em partido burguês com o PPS em 1992. Seus remanescentes passaram a encarnar a utopia reacionária de tentar reconstruir ‘revolucionariamente’ uma organização oportunista (Lênin nunca pleiteou a reconstrução revolucionária da II Internacional, mas sua destruição e a fundação da III Internacional) o que significava uma recusa em largar o estalinismo contrarrevolucionário e realizar uma profunda autocrítica dos velhos erros oportunistas e democratizantes. Assim ressurgiu o PCB em meados dos anos 1990. Permanecendo atado à tradição burocrática continuou a se apoiar num falso programa e num falso regime interno. Surgindo em 2024 como mais um de seus estilhaços, o PCBR revelou a mesma incapacidade de livrar-se do passado estalinista o que o

tem conduzido, como sua matriz, a uma política oportunista de crescente colaboração de classes.

As disputas interburguesas entre a ultradireita e o nacional-reformismo em torno da governabilidade da Frete Ampla tem pressionado poderosamente as organizações pequeno-burguesas, a exemplo do PCBR. As rugas atuais no partido expressam, por um lado, a crise dos agrupamentos estalinistas que adaptam-se ve-lozmente à política burguesa e, por outro, a crise de direção revolucionária que se aprofunda. A lição a ser extraída deste acontecimento, como outros, é o da urgente necessidade de construir uma firme direção revolucionária assentada no Programa de Transição da IV Internacional. É preciso trabalhar com afinco e devotamento para penetrar no proletariado com as ideias do marxismo-leninismo-trotskyismo. Não outro caminho senão o do paciente esforço pela construção do partido operário revolucionário.

Nesta edição:

**Ucrânia, paz sem anexação;**

**Argentina:**

- Confrontos entre EUA e Europa se agravam em vários terrenos;
- Milei pode cair?;
- A CGT deve convocar imediatamente uma greve e mobilização nacional em repúdio à brutal repressão de Bullrich;

**33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

- A Rússia restauracionista se enfraquece cada vez mais perante as potências imperialistas.

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



## Ucrânia, paz sem anexação

*Aplicação das formulações do bolchevismo, sob a direção de Lênin*

A guerra na Ucrânia exigiu um posicionamento de classe sobre a paz. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) definiu-a como guerra de dominação. Assim expressou o caráter burguês-imperialista da conflagração. Alertou para o fato de não confundi-la como se fosse uma guerra de libertação. Se assim o fosse, seu conteúdo seria proletário anti-imperialista.

O CERQUI desenvolveu uma linha, desde o início, demonstrando a particularidade dessa guerra. Posicionou-se contra a invasão russa e estabeleceu a estratégia de combate ao imperialismo norte-americano e aliados europeus com o programa da revolução social e do internacionalismo proletário. Assinalou o objetivo de unificação da classe operária russa, ucraniana e europeia para interromper o cerco do imperialismo à Rússia e conquistar a real autodeterminação da Ucrânia. Nesse marco, expôs a opressão nacional exercida pela Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas.

A liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela contrarrevolução restauracionista demonstrou não só a impossibilidade das ex-repúblicas soviéticas de alcançarem a real independência como reforçou seu caráter de nações subordinadas às forças econômicas capitalistas dominantes. A via da restauração capitalista e destruição da URSS impulsionou a opressão nacional que havia sido equacionada pela Revolução de Outubro de 1917 e aberto o curso histórico para a sua superação.

A interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, que é de ordem mundial, impôs profundos retrocessos nas conquistas da revolução proletária, que permitiu a constituição da URSS em 1922.

Um dos retrocessos foi o do retorno à opressão nacional, ao antagonismo entre nacionalidades e às guerras. A confrontação da Rússia com a Ucrânia resultou do processo de liquidação da URSS e da restauração capitalista.

O imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, se valeu das dissenções entre as ex-repúblicas soviéticas para avançar o cerco econômico e militar à Rússia. A incorporação da Ucrânia à União Europeia e sua subordinação à OTAN tornaram-se um objetivo estratégico dos Estados Unidos para sufocar a Rússia e avançar no sentido da quebra de sua independência, bem como limitar seu caráter de potência regional. Eis por que o CERQUI explicou os motivos econômico-militares de os Estados Unidos e aliados europeus se utilizarem da Ucrânia como bucha de canhão; e a Rússia recorrer à guerra como autodefesa.

Em sua Resolução sobre a guerra na Ucrânia de 20 de março de 2022 se afirma, no ponto 30 de suas teses: “O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem realizado uma campanha internacionalista, demonstrando aos explorados a situação contraditória criada pela ofensiva militarista do imperialismo, de um lado, e a contraofensiva russa por meio da guerra de ocupação da Ucrânia, de outro. A resposta revolucionária parte da demonstração que os Estados Unidos empurraram a Rússia à intervenção, valendo-se de sua capacidade de exercer a opressão nacional. Nesse marco, Biden vem liderando uma cruzada de sanções econômico-financeiras à Rússia, que atingirão amplamente a Europa e a economia internacional como um todo”.

No ponto 31, se estabelece: “As bandeiras capazes de unificar a classe operária ucraniana, russa, europeia e mundial são: 1) Desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; 2) Fim das sanções econômicas; 3) Defesa da autodeterminação da Ucrânia, fim das anexações, por uma Ucrânia soviética e socialista e retirada das tropas russas do território ucraniano. Esse é o ponto de partida para pôr em pé um movimento independente da classe operária e dos demais explorados”.

No ponto 32, se afirma: “Esse conjunto de bandeiras permite unir o proletariado e os demais explorados, tendo por estratégia derrotar o imperialismo e recuperar o terreno perdido com o desmoronamento da URSS. O proletariado russo tem em suas mãos a tarefa de derrubar o regime, o governo e a oligarquia restauracionistas, restabelecendo a democracia soviética e a ditadura do proletariado. A guerra na Ucrânia demonstra a vigência do programa internacionalista dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo”.

Essa linha foi se desenvolvendo de acordo com as manifestações concretas da guerra e da crise mundial do capitalismo. A vanguarda com consciência de classe poderá encontrar essas formulações nos Manifestos, Declarações e Notas do CERQUI. Os editoriais do Jornal Massas, da seção brasileira, amplificaram a campanha internacional do CERQUI. Essa documentação pode ser encontrada nos livros “Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”, de novembro de 2022, quando a conflagração completava oito meses, e “Internacionalismo Proletário. Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza Potenciam a Crise Mundial”, de maio de 2024, quando a guerra já ultrapassava os dois anos. A China apresentou uma proposta de paz no momento em que a guerra completava seu primeiro ano. A direção do CERQUI aprovou a linha de defesa da paz sem anexação no oitavo mês da guerra.

No editorial do Jornal Massas, de 30 de outubro de 2022, se divulga a formulação: “Somente o proletariado pode levantar a bandeira de luta anti-imperialista e combater pelo fim imediato da guerra, por uma paz que não seja ditada pelas potências e pela OTAN, por uma paz sem anexação, portanto, verdadeiramente democrática”.

No editorial sobre os onze meses de guerra na Ucrânia, de 22 de janeiro de 2023, se afirma: “É por meio da luta que os oprimidos sentirão, verão e descobrirão os motivos da guerra, seu conteúdo de classe e seu caráter de dominação. Acabarão por se livrar da cegueira imposta pela política burguesa, que os impede de tomar consciência da necessidade de lutar pelo fim da guerra. Um passo que a classe operária europeia dê contra a guerra de dominação, confluirá com as repostas programáticas que têm sido dadas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Nenhuma outra classe poderá se levantar contra o cerco imperialista à Rússia, pelo fim à guerra e pelo estabelecimento de uma paz sem desmembramento da Ucrânia e sem anexações. É sob a estratégia da revolução socialista e do internacionalismo proletário, que as massas golpearão as tendências bélicas do imperialismo”.

Eis a formulação sobre a paz sem anexação que consta no editorial do Jornal Massas, de 24 de fevereiro, ao completar um ano de guerra: “Ao longo desse último ano, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) acompanhou e desenvolveu cada aspecto particular da guerra, além de expor suas raízes históricas. Elaborou um conjunto de bandeiras que têm o objetivo de unificar a classe operária russa, ucraniana e de todo o mundo. Assim, demonstrou que se trata de uma guerra de dominação, onde a Ucrânia é usada como bucha de canhão pelo imperialismo, em seu cerco à Rússia, por um lado, e usada como escudo pela Rússia, por outro, em sua ação defensiva em relação ao cerco da OTAN. Faz parte dessa relação fortalecer os planos imperialistas de cercoamento da China. A guerra percorreu longo doze meses, e vem confirmando que somente o proletariado pode impor uma paz sem anexação, uma paz ditada pelos explorados em luta contra a guerra, uma paz que interrompa a escalada militar e o curso de uma conflagração mundial”.

Em 23 de março de 2023, no editorial: “Convergência de crises”, diz:

“É bem possível que a bandeira de fim da guerra, levantada há pouco na Alemanha, ainda que em um protesto muito minoritário, venha a se potencializar e a galvanizar as massas. A ofensiva da aliança norte-americana-europeia em armar o governo de Zelensky com os tanques e o envio de caças pela Polônia caminham no sentido contrário ao sentimento do explorados e das tendências de agravamento da luta de classes. Se depender das decisões do imperialismo norte-americano, a guerra vai se prolongar e aumentar os riscos de extrapolar as fronteiras da Ucrânia e da Rússia. Esse é o ponto central da crise mundial.

As respostas terão de vir da classe operária e dos demais trabalhadores. Uma paz sem anexação depende dos explorados unidos se levantarem contra escalada militar, encabeçada pelos Estados Unidos e contra o cerco da OTAN à Rússia. Nenhuma outra classe, a não ser o proletariado, pode encarnar a bandeira de paz sem anexação, que expressa a luta dos oprimidos contra a guerra de dominação, pela derrocada do capitalismo e pelo comunismo”.

Ao completar o 16º mês de guerra, a Ucrânia anunciou uma contraofensiva, e se voltou a discussão sobre a paz. Momento esse que foi expresso no editorial do Jornal Massas, de 4 de junho. Eis: “O anúncio, desde o início de maio, de que as Forças Armadas da Ucrânia estão preparando uma ampla e fulminante contraofensiva, para recuperar a parte de seu território sob o poder da Rússia, criou a expectativa de uma possível abertura de discussão sobre os termos de paz” (...) “É sintomática a declaração dada pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, feita em um discurso na Finlândia: “Continuar a armar e a fortalecer a Ucrânia é a única forma de alcançar a verdadeira paz”. (...) “O proletariado tem sua política própria e somente com ela poderá combater por uma paz sem as imposições do imperialismo e da OTAN, uma paz sem anexação e que permita a Ucrânia alcançar a autodeterminação”.

Assim que Zelensky anunciou a contraofensiva, o editorial do Jornal Massas, de 18 de junho de 2023, levantou a bandeira “Não à farsa da paz pró-imperialista” e respondeu com a bandeira de “paz sem anexação”. Eis a formulação: “Tudo indica que, segundo sinais do início da contraofensiva, a Ucrânia dificilmente retomará o território ocupado pelas tropas russas e avançarão sobre a Crimeia”. (...) “Nesta fase da guerra – a da contraofensiva –, Zelensky levantou a bandeira da paz. Exortou o Brasil e os países do Sul Global, não alinhados com os Estados Unidos, a participarem de uma reunião que estaria sendo preparada”. (...) “A “paz” aventada por Zelensky é a mesma que o bloco imperialista propagandeou na reunião do G7 e que Biden já havia acenado, que é de capitulação da Rússia. Agora, o governo da Ucrânia está usando a bandeira da paz, sob a orientação do imperialismo, para justificar a escalada militar. Haviam, anteriormente, rechaçado a proposição da China”. (...) “Para a classe operária e a maioria explorada, não somente da Ucrânia e da Rússia, mas de toda a Europa, já está mais do que visível o significado da continuidade ou do fim da guerra. O problema está em que não é possível uma paz democrática, justa e duradoura sob a égide do imperialismo. Somente a classe operária tem interesse no fim imediato da guerra, sem imposições das potências e no estabelecimento de uma paz sem anexação. É nesse terreno que os trabalhadores têm de se manifestar, orientados por uma posição de classe diante da guerra e com a estratégia revolucionária do proletariado”.

No editorial de 17 de julho – “Cúpula imperialista na Lituânia” –, quando estava próximo de completar 17 meses de guerra, se encontra as formulações: “A Cúpula de Vilnius não teve como atender ao desejo do governo e da oligarquia ucranianos de ingressar o país na OTAN”. (...) “Para Zelensky, a solução do conflito está no envolvimento direto da aliança imperialista, o que implica os Estados Unidos entrarem em guerra com a Rússia. Todos sabem que, neste caso, se se configuraria a terceira guerra mundial. O imperialismo norte-americano, no momento, não pretende chegar a esse ponto, sem uma rigorosa preparação. Estão muito bem assentados os peri-



gos da guerra nuclear. O curso de um confronto geral, certamente, envolverá a China. As potências devem estar melhor aparelhadas para uma mudança de qualidade da situação mundial, que provoca uma conflagração dessa proporção. É o que demonstram as experiências das duas grandes guerras. A negativa em assumir tamanho risco no caso da proposição de ingresso da Ucrânia à OTAN, portanto, foi puro exibicionismo dos Estados Unidos”. (...) “a incapacidade da Rússia de impedir que a Finlândia e a Suécia fossem absorvidas por um braço armado dos Estados Unidos favorece as forças do imperialismo”. (...) “A Cúpula de Vilnius reforçou o orçamento bélico, colocou-se pelo impulso à escalada militar e estabeleceu um plano de áreas estratégicas que serão fortalecidas com soldados e armas”. (...) “A classe operária mundial deve se colocar pela bandeira “Abaixo a Cúpula da OTAN”, pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação, sem as imposições do imperialismo. Pelo desmantelamento das bases da OTAN e das bases norte-americanas! Não à submissão da Finlândia e Suécia à estratégia de guerra dos Estados Unidos e aliados! Pelo fim do cerco militar à Rússia e China. Somente a classe operária, organizada e em luta sob a estratégia da revolução social pode acabar com a guerra, vencer a ofensiva do imperialismo e impor a autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia”.

No editorial de 13 de agosto - “18 meses de guerra na Ucrânia. Não à ‘paz’ do imperialismo” -, o POR analisa as várias Cúpulas para denunciar e combater as manobras em torno ao fim da guerra e à paz. Eis: “É nos marcos do conjunto desses acontecimentos que se realizou a ‘Cúpula pela paz’, em Jeddah, patrocinada pela Arábia Saudita, em 6 de agosto”. (...) “Zelensky aproveitou para apresentar os dez pontos, cuja essência é a mesma do repetido ultimato de Biden para que a Rússia se renda e arque com todas as consequências da guerra. A China utilizou a pantomina para rerepresentar os seus onze pontos”. (...) “Os Estados Unidos, logicamente, elogiaram o resultado, mas ‘Washington aconselhou cautela’, diante da China e de seu plano de paz. A Rússia olhou para Jeddah como uma ‘encenação’”. (...) “É preciso concluir que somente a classe operária, unida e em luta, pode combater pelo fim imediato da guerra, sob a bandeira de paz sem anexação” (...) “O programa da classe operária internacional, já comprovado historicamente, responde à luta contra as guerras de dominação, as anexações e as violações do direito à autodeterminação das nações oprimidas”.

Respondendo ao “Impulso das tendências bélicas”, o editorial de 21 de janeiro de 2024 afirma que “Somente com o programa da revolução social, é possível combater pela paz”. “A guerra completará dois anos em 24 de fevereiro sem perspectiva de solução. A Ucrânia se encontra devastada, apesar de ter sido armada e sustentada pelas potências. O fracasso da contraofensiva planejada pelas Forças Armadas ucranianas e as dificuldades internas aos Estados Unidos, envolvidos em uma novo momento da corrida eleitoral, pareceram favorecer a abertura de alguma negociação no sentido de um armistício e de paz. Pesaria na balança pacificadora o fato do imperialismo ter ingressado a Finlândia e a Suécia na OTAN. Ao contrário, agravaram-se os bombardeios, a França se dispôs a atender ao chamado dos Estados Unidos e da Alemanha para que socorra a Ucrânia com armas e recursos financeiros. Em nome da “segurança europeia”, Macron ativará a indústria bélica francesa e assinará um “acordo bilateral de segurança com a Ucrânia”, como já o tinha feito a Inglaterra. Olaf Scholz, chanceler alemão “duplicou a ajuda militar a Kiev”. (...) “As recorrentes guerras civis e guerras de intervenção externa têm servido à dominação do capital financeiro, uma vez que não se transformam em guerras de libertação nacional e guerras civis pela tomada do poder pelo proletariado. A forte presença das tendências bélicas como expressão da guerra comercial e do esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra indica que o imperialismo levará às últimas consequências as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. E levará às últimas consequências o intervencionismo da OTAN”. (...) “As guerras assumem um caráter bárbaro na fase imperialista do capitalismo. Ou se transformam em guerra de libertação nacional e social, ou a aspiração dos explorados

e povos oprimidos pela paz não será alcançada. As massivas manifestações em todo o mundo pelo fim da intervenção do Estado sionista de Israel e o genocídio na Faixa de Gaza indicam que somente por meio da luta de classes é possível derrotar a ofensiva militarista do imperialismo. Uma paz sem anexação e a autodeterminação da Ucrânia depende da unidade dos explorados para pôr fim à guerra. Somente com o programa da revolução social, encarnado pelo proletariado, é possível derrotar o imperialismo e combater pela paz”.

No editorial do Jornal Massas de 18 de fevereiro, que trata da escalada militar impulsionada pela OTAN, constam as seguintes formulações: “Os conflitos internos e guerras no ex-território da URSS se instalaram sob a influência dos Estados Unidos. A guerra na Ucrânia é parte desse processo mais geral do avanço da política imperialista de abolir fronteiras que dificultam a expansão de seus capitais e do saque de matérias-primas. A resistência da Rússia em se submeter aos ditames dos Estados Unidos tem por conteúdo histórico não regredir à condição de semicolônia, depois de ter sido um império até a revolução socialista e de alcançar um grande desenvolvimento com o sistema soviético. A guerra na Ucrânia se desenvolve sobre a base da disputa territorial. É imperativo para o capital financeiro destruir até o último alicerce o poder que teve a URSS no vasto e rico território da Eurásia”. (...) “O bloqueio imposto pelas direções reflete a confusão que existe entre os explorados sobre as razões da guerra e seus perigos para a Europa e o mundo. A luta pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação entre Ucrânia e Rússia converge com a luta pelo fim imediato dos bombardeios do Estado sionista sobre a Faixa de Gaza. Esse combate implica organizar a frente única anti-imperialista e caminhar no sentido da revolução social”.

Expondo a relação entre as guerras atuais e a escalada militar, no editorial do Jornal Massas de 22 de setembro, desenvolve a estratégia da paz sem anexação. Eis: “A derrocada da URSS – um objetivo histórico do imperialismo e motivo da criação da OTAN e, conseqüentemente, da formulação da estratégia da “Guerra Fria” – e as reformas restauracionistas assumidas pelo Partido Comunista da China não resolveram as contradições do capitalismo da época imperialista. As suas incorporações na ordem burguesa comandada hegemonicamente pelos Estados Unidos acabaram por evidenciar o esgotamento histórico do capitalismo”. (...) “A tentativa da China e Brasil de levar a Ucrânia e a Rússia à mesa de negociação tem sido rechaçada pelos Estados Unidos, que ditam as ordens ao governo ucraniano. Ao contrário de as potências caminharem para uma pausa na escalada militar, já se reconhece que o mundo está diante de uma “nova corrida nuclear” e que as “potências mergulham na primeira corrida nuclear do pós-Guerra Fria”. Elevam-se os orçamentos trilionários destinados ao militarismo”. (...) “Se a classe operária mundial não reagir a tempo, o imperialismo ampliará o horizonte de uma conflagração de dimensões incalculáveis. Somente um movimento revolucionário das massas pode erguer as barreiras à escalada militar e lutar com o programa da revolução social. É dever da vanguarda com consciência de classe trabalhar contra as guerras de dominação no campo da luta e da independência de classe”. (...) “Somente o proletariado pode combater a dominação imperialista com o programa de paz sem anexação e do direito à autodeterminação das nações oprimidas. É com esse mesmo programa que combate pela reconquista de posições revolucionárias diante da restauração capitalista”.

## LANÇAMENTO!

# GUERRA NA UCRÂNIA

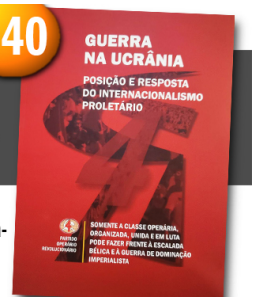
Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

R\$ 40

GUERRA  
NA UCRÂNIA  
POSIÇÃO E RESPOSTA  
DO INTERNACIONALISMO  
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



O editorial do Jornal Massas “Três anos da guerra na Ucrânia. Trump avança em seu objetivo de ‘paz’. Somente a classe operária ucraniana, russa e europeia pode acabar com a guerra de dominação e rejeitar a paz anexadora e saqueadora imposta pelo imperialismo”, de 2 de março de 2025, o POR se posiciona com as seguintes formulações: “Trump admite que a Rússia anexe a parte do território conquistado, já que se trata de uma condição para pôr fim à guerra. Nesse mesmo sentido, exclui a possibilidade de a Ucrânia se integrar à OTAN. Em contrapartida, a Ucrânia deverá se sujeitar ao saque dos Estados Unidos. Está em andamento o acordo de entrega das reservas minerais e das terras raras para a exploração das multinacionais norte-americanas. Putin, por sua vez, ofereceu a Trump o retorno dos capitais norte-americanos para a exploração no território russo. No caso, entraria a região ucraniana do Leste anexada, já que contém boa parte das terras raras. Esse plano explica por si só porque Trump deixou os aliados europeus à margem do acordo. A discussão dos governos europeus sobre a segurança da Europa contra a Rússia “expansionista” oculta o interesse dos seus capitalistas em participar do saque da Ucrânia e das facilidades que Putin oferece aos capitalistas norte-americanos”. (...) “É obrigatório denunciar e rejeitar a paz ditada pelos Estados Unidos expressão mais alta do imperialismo e negociada pela Rússia que oprime as ex-repúblicas soviéticas. Chegou-se a essa situação dramática ao povo ucraniano precisamente devido à contrarrevolução que destruiu a URSS, à restauração capitalista e à necessidade de a Rússia oprimir as ex-repúblicas soviéticas. Mas, no fundamental, se deve à crise de direção revolucionária, à completa desorganização da classe operária e à sua subordinação às forças que sustentam o capitalismo em decomposição. O que não quer dizer que a classe operária e os demais explorados não tenham sua própria resposta diante da paz dos dominadores. Emerge da guerra iniciada a três anos as bandeiras proletárias de “Paz sem Anexação” e “Autodeterminação da Nação Oprimida”. Essas bandeiras indicam concretamente que somente a classe operária pode derrotar a ofensiva imperialista contra a Rússia e impor a autodeterminação da Ucrânia, sob um governo revolucionário, comunista”.

A mudança de diretriz do governo Trump confirma com maior clareza ainda justeza da bandeira de paz sem anexação determinada

pelo CERQUI e desenvolvida pela seção brasileira ao longo da guerra. Os Estados Unidos, sob a condução de Biden, fizeram da Ucrânia bucha de canhão em seu objetivo de apertar o cerco econômico e militar à Rússia. Trump se apoia no reconhecimento de que a Rússia caminha para uma derrota definitiva da Ucrânia. Trata-se também do reconhecimento de que os Estados Unidos não estão ainda preparados para iniciar uma terceira guerra mundial. Antes que Kiev caia sob as armas russas, Trump procura livrar os Estados Unidos de toda a responsabilidade pela guerra e tirar o máximo de proveito de uma paz que faça da Ucrânia uma moeda de troca com Putin. Se antes a paz proposta por Biden consistia em uma capitulação da Rússia, agora, a paz de Trump consiste em uma negociação em torno à partilha e ao saque da Ucrânia.

Emerge de corpo inteiro a questão histórica do direito à autodeterminação da Ucrânia e de sua unidade territorial. Ocorre que a oligarquia ucraniana restauracionista e seu governo servil do imperialismo escolheram como amo a dominação dos Estados Unidos e da União Europeia. Para isso, aceitaram colocar o povo ucraniano como bucha de canhão do confronto entre as potências imperialistas e a Rússia restaurada.

A guerra dividiu a classe operária e os demais trabalhadores da Rússia e da Ucrânia, bem como manteve a classe operária europeia imobilizada. A crise de direção é o fator fundamental para que não houvesse um movimento contrário à ofensiva da imperialismo e à invasão da Ucrânia pela Rússia.

No entanto, o proletariado por meio de sua vanguarda marxista-leninista-trotskista, encarnada pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), definiu uma linha cristalina de combate ao domínio imperialista da Ucrânia e ao cerco econômico-militar à Rússia, de um lado; e contra a opressão nacional da Rússia sobre o povo ucraniano, de outro. A bandeira de paz sem anexação foi determinante para o desenvolvimento da estratégia e da tática revolucionárias diante da guerra de dominação, que se travou em torno à Ucrânia. É o que demonstra a síntese que o POR apresenta nesse número do Jornal Massas.

Massas 735 – Argentina

## Confrontos entre EUA e Europa se agravam em vários terrenos

Nas últimas semanas, surgiram fortes choques entre as potências imperialistas aliadas que inevitavelmente terão consequências em todo o mundo.

O governo Trump parece determinado a impor pesadas tarifas comerciais à Europa; impor seu próprio plano de paz à Ucrânia; romper com organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde; questionar seu papel na OTAN; avançar sobre a Groenlândia a todo custo; questionar o tratamento da Inteligência Artificial; romper com os acordos sobre mudança climática etc. Sua política é ditada pelo objetivo de recuperar a economia dos EUA e restabelecer seu papel hegemônico. Os acordos que foram estabelecidos há 80 anos, no final da Segunda Guerra Mundial, estão esgotados. Na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro, também surgiram diferenças entre as potências.



### Diferenças sobre a guerra na Ucrânia

Trump começou a negociar diretamente com Putin os termos de um acordo de paz sobre a guerra na Ucrânia na Arábia Saudita (através dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros), sem a participação da Ucrânia e da União Europeia, resolvendo como recuperaria “o que investiu” na guerra, apropriando-se de minerais, terras raras e recursos energéticos que são de importância

estratégica para o seu país, e ainda para fazer parte do negócio da sua reconstrução.

A grosseira prepotência do Trump ficou evidente no encontro humilhante com Zelensky na sexta-feira, 28 de fevereiro, diante da imprensa e praticamente enxotando-o da Casa Branca, culpando-o



por não querer a paz e querer provocar uma Terceira Guerra Mundial. Durante as semanas anteriores, ocupou-se de hostilizar publicamente o fantoche Zelensky. Imediatamente de volta à Europa, esse encontrou a solidariedade e o apoio dos seus países.

Foi Macron quem pediu a Trump para receber Zelensky. De acordo com o canal de televisão francês BFM TV, os EUA informaram ao presidente ucraniano para não visitar Washington, mas este entrou em contato com Macron para interceder junto a Trump e ser recebido.

Trump quer se desvencilhar completamente da responsabilidade dos EUA e da OTAN nesta guerra provocada para cercar militarmente e bloquear economicamente a Federação Russa e desgastá-la. Quer jogar a culpa da derrota sobre o governo Biden. Quer aparecer como aquele que pôs fim à guerra e também conseguiu uma compensação pelo que investiu, gerando novos negócios. O próprio Trump reconhece que, sem o apoio dos EUA, a guerra não teria durado duas semanas. Imediatamente após a reunião, Trump decidiu suspender toda a ajuda para forçar Zelensky e a UE a aceitarem seus termos. E proibiu o Reino Unido de compartilhar a inteligência dos EUA com a Ucrânia. Semanas antes, ele já havia cortado alguns suprimentos.

O resultado foi imediato, escreveu Zelensky: “Quanto ao acordo sobre minerais e segurança, a Ucrânia está pronta para assiná-lo a qualquer momento e em qualquer formato conveniente”. Em seu discurso de 4 de março, Trump se referiu à carta de Zelensky na qual pede a resolução do acordo de paz reconhecendo o papel central dos Estados Unidos.

A rápida saída de Zelensky da Casa Branca foi precedida por reuniões com Macron e o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, para reivindicar sua participação nas negociações de paz; e também por causa das posições antagônicas entre os Estados Unidos e a Europa na votação na Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a paz na Ucrânia.

Macron disse a Trump que eles não queriam um “acordo débil” e que “esta paz não deve significar a rendição da Ucrânia” e que eles poderiam enviar tropas em terra e aviões do Reino Unido e da França para garantir o cessar-fogo. A Rússia respondeu imediatamente que o objetivo era “alimentar ainda mais o conflito”, já que ambas são forças da OTAN.

Até a intervenção de Trump, os líderes europeus, quase sem exceção, descartaram um acordo de paz. O secretário-geral da OTAN, Mark Rutte, afirmou que não havia nada a negociar com a Rússia, mesmo reconhecendo que eles estavam constantemente recuando na frente militar e haviam fracassado na sua “contraofensiva” de 2023. A situação mudou abruptamente em poucas semanas e agora eles devem admitir a derrota e ver como se juntam às negociações e como farão parte da partilha e do espólio.

Três anos após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por consenso e sem modificações um breve texto apresentado pelos EUA pedindo “um fim rápido do conflito” e reclamando uma “paz duradoura”. A resolução recebeu dez votos a favor, incluindo o da Rússia, e a abstenção de outros membros permanentes: França, Reino Unido, Dinamarca e Grécia.

Na parte da manhã, o mesmo texto foi submetido à votação na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse órgão, onde estão representados 193 países, a União Europeia conseguiu que fossem aprovadas emendas: 1) a referência a “conflito” foi alterada para “a invasão em grande escala da Ucrânia pela Federação Russa”; 2) foi inserido um parágrafo reafirmando o “compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas”.

Os EUA, apesar de terem apresentado a proposta, abstiveram-se de votar a favor devido à introdução das emendas. As resoluções adotadas na Assembleia Geral não são vinculativas, mas são politicamente importantes. Destacam-se o voto dividido dos EUA e seus parceiros da OTAN na Europa e o voto da Rússia com os EUA.

A Ucrânia apresentou outro projeto de resolução apoiado pelos 27 membros da União Europeia, entre outros 50 países, que “reitera o apelo à Rússia para retirar completamente suas tropas do território ucraniano, dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, e exige que as hostilidades contra ela cessem imediatamente”. A resolução foi aprovada com 93 votos a favor, 18 votos contra, incluindo Rússia e Estados Unidos, um fato histórico, e 65 abstenções. O acordo que for assinado permitirá verificar o que sobra desses votos.

Diante da mudança abrupta na situação política internacional marcada pela política dos Estados Unidos, que está abertamente atropelando a Europa, inúmeras reuniões estão ocorrendo para definir a resposta ao plano de paz para a Ucrânia, como continuar financiando e armando a Ucrânia, como aumentar o orçamento militar reduzindo os gastos sociais, como reativar a produção de armas e como alcançar a independência militar perante os EUA, com o argumento da ameaça russa. O seu discurso se orienta a continuar a guerra contra a Rússia ou a impor sua presença militar na Ucrânia como “fiadores da paz”. É possível que esse discurso radicalizado vise alcançar algum benefício econômico sobre a Ucrânia, uma vez que também pretendiam ficar com sua riqueza natural e o negócio de reconstrução. Para a UE, a Ucrânia continua sendo uma moeda de troca na disputa geral com os EUA.

Essa paz saqueadora que Trump pretende impor deve ser rejeitada. Nem o fantoche Zelensky nem a UE representam, nem podem representar, as aspirações de paz do povo ucraniano. Todos eles contribuíram para transformar a Ucrânia em bucha de canhão. Foram responsáveis por centenas de milhares de mortos e feridos, milhões de emigrantes, destruição de sua infraestrutura e colapso de sua economia. A Ucrânia só poderá impor a sua autodeterminação como fez há um século, recuperando as suas organizações políticas e sindicais, organizando e derrubando os oligarcas e burocratas que destruíram o país, por meios revolucionários, reconstruindo a URSS, ignorando todos os acordos econômicos, financeiros e militares que estão lhe impondo, recuperando todos os seus recursos, ignorando todas as dívidas e anulando a Constituição reformada por imposição do FMI e a OTAN. Não poderá haver paz duradoura enquanto o imperialismo e o seu militarismo não acabarem, enquanto as bases da OTAN e as bases militares dos EUA não forem expulsas do território europeu. Esse programa unirá o proletariado e os oprimidos na Rússia, na Ucrânia e em toda a Europa.

O fato é que assistimos a um choque, uma fratura, da aliança política, econômica e militar entre as potências capitalistas e os Estados Unidos, querendo escapar de sua crise subjogando completamente a Europa.

A classe operária da Europa deve se tornar politicamente independente, enfrentar seus governos, suas burguesias e combater o maior armamentismo, que é a perspectiva de novas guerras e porque esses maiores recursos para a produção de armas virão de um novo ataque às condições de vida e trabalho da maioria. Não pode assistir passivamente às políticas impostas pelos Estados Unidos vendo seus governos se submeterem. A classe operária deve recuperar seus sindicatos varrendo todos os reformistas, deve resolver sua crise de direção política construindo partidos revolucionários. Esta é a tarefa em que estamos empenhados no CERQUI.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 475, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

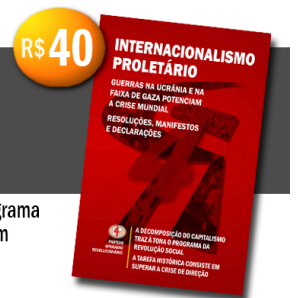
**LANÇAMENTO!**

## INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do *Jornal Massas*.





## Milei pode cair?

O governo aparece encurralado, amarrado em suas próprias redes, preso na sua incapacidade de resolver os principais problemas, desesperado por não conseguir conter a crescente fuga de dólares, pressionado a desvalorizar o peso, sabendo que vai potencializar a inflação. Em seu desespero, reforça seus traços autoritários e ditatoriais.

É nesse contexto que ocorre o golpe \$Libra de Milei, que abalou o governo e provocou ampla repercussão internacional. Justamente quando ele está exercendo pressão máxima para que o FMI lhe empreste 10/15 bilhões de dólares para sustentar o preço artificial do dólar, uma questão que consideram fundamental para manter uma baixa taxa de inflação.

O FMI exige “acabar com os controles cambiais” antes de fazer qualquer empréstimo e desvalorizar. Já se sabe o que aconteceu com Macri-Caputo em 2018, quando um enorme empréstimo ilegal que se fez à Argentina foi apropriado por um punhado de especuladores e remetido para fora do país, fazendo fortunas com a “bicicleta financeira”.

O governo anuncia todos os dias que já existe um acordo que está prestes a ser assinado para tentar tranquilizar os especuladores de que haverá dólares, mas a realidade é que ainda não está definido. No último dia de fevereiro, houve uma saída extraordinária de dólares, devido aos pagamentos dos importadores e ao consumo dos turistas no exterior. O dólar artificialmente barato inunda com mercadorias de todo o mundo, que são pagas com dólares que não são suficientes.

O governo deve enfrentar vencimentos significativos da dívida este ano e não tem recursos, devido a que as reservas do Banco Central ainda estão negativas, porque tem de intervir nos mercados para que a cotação do dólar não desapareça.

O risco de inadimplência é latente. O governo queria mostrar que estava fazendo sua lição de casa com um ajuste mais forte do que o exigido pelo FMI e, assim, conseguiu revalorizar os títulos e reduzir o “risco-país” para 448 pontos, como informou o JP Morgan em 7 de janeiro. Mas agora voltou a subir para 780 pontos devido aos indicadores negativos da economia: em fevereiro, o Banco Central vendeu uma média de 80 milhões de dólares por dia, para controlar o preço dos dólares paralelos; porque o preço das ações caiu 17% em dólares num mês; porque os exportadores não receberam o que esperavam etc.

Por que o “risco-país” é importante? Porque o governo espera que continuasse caindo para refinarçar a dívida que vence este ano, voltando ao mercado internacional de crédito. Este indicador define qual taxa de juros deve ser aplicada para empréstimos à Argentina. O indicador para o Brasil é de pouco mais de 200 pontos e do Chile 120. O desespero do governo também se manifestou no uso dos recursos da ANSES (Administração Nacional da Seguridade Social) para comprar ações e manter seu valor.

O governo é obrigado a sustentar sua mentira dizendo que já existe uma reativação, que a pobreza diminuiu, que tem superávits etc. Os únicos itens que cresceram são a exploração de hidrocarbonetos, mineração, pesca e agricultura (em comparação com o ano anterior de grande estiagem). Todos os outros caíram abruptamente.

A pobreza continua crescendo, como evidenciado pelo fato de cada vez menos trabalhadores terem rendimentos que ultrapassam a cesta básica e pela quebra do consumo, mesmo comparando com o mês de janeiro de 2024, que já foi um mês de baixo consumo. Se a capacidade de consumo da população tivesse melhorado, se a pobreza tivesse sido reduzida, isso se refletiria imediatamente em maior consumo. A queda acentuada no consumo de carne, leite,

erva-mate e pão é a demonstração da catástrofe social que estamos vivendo, e que está se agravando.

E será ainda pior porque, para sustentar o superávit fiscal, terá de continuar fazendo ajustes violentos contra as condições de vida das massas. Continuará procurando reduzir as despesas previdenciárias, tratamentos médicos e redução dos orçamentos de saúde e educação.

O governo não tem como escapar destas contradições. Mesmo que Trump lhe dê uma ajuda e facilite o empréstimo do FMI, as condições que podem lhe impor seriam catastróficas para Milei, queimando a única bandeira que lhe resta. E se não lhe impuserem condições, o que é improvável, também seria catastrófico porque essas divisas serão desviadas e ficaremos com uma dívida maior. O governo mais uma vez lançou a mentira estúpida de que não seria uma dívida maior, porque substituiria a dívida do Tesouro pela do Banco Central, como se fosse o mesmo dever ao Banco Central e ao FMI em dólares.

O governo pode cair, é possível. Mas não temos nenhuma ilusão de que cairá sozinho, pois há interesses poderosos por trás dele. Alertamos que qualquer substituição burguesa pode ser igual ou pior, porque nenhum setor se atreve a questionar o programa do FMI. São todos miseráveis, são todos covardes, são todos entreguistas.

O que devemos discutir é como acabar com este governo e com todas as corporações que o sustentam, com nossos próprios métodos, com greves, mobilizações, bloqueios, lutando por nossos interesses mais imediatos, por salários e aposentadoria, por emprego genuíno, resistindo às demissões, por um plano de obras públicas, pela defesa do que resta da indústria impondo o protecionismo, estatizando o comércio exterior e a banca, defendendo o Banco Nação, rejeitando todas as privatizações, recuperando todos os recursos para a nação, para o seu desenvolvimento. A CGT e a CTA devem convocar assembleias em todos os locais de trabalho para debater a lista de reivindicações e o plano de luta para impô-la.

Isso requer que a classe operária se torne politicamente independente, que se oriente por trás de sua própria estratégia de classe, revolucionária, resolvendo a tarefa histórica de construir o partido revolucionário, como fazemos desde o POR. Só assim poderá dirigir efetivamente a rebelião de todos os oprimidos em direção à vitória, estruturando a frente única anti-imperialista.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 475, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*



*Abaixo publicamos a Declaração do Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, sobre as manifestações e a repressão do governo Milei.*

## **A CGT deve convocar imediatamente uma greve e mobilização nacional em repúdio à brutal repressão de Bullrich**

Um governo fraco, encurralado por seus próprios erros e incapacidade, reforça todos os seus traços autoritários em todos os terrenos, atropelando as formas democráticas. A repressão sistemática ao movimento de aposentados que se manifestam todas as quartas-feiras voltou a endurecer nas últimas semanas. Diante da ausência de uma resposta das direções sindicais e da maioria das organizações políticas, os torcedores do Chacarita tomaram a iniciativa e pediram mobilização em “defesa dos velhos” para que não batam mais neles.

A iniciativa foi atendida por uma grande quantidade de torcidas organizadas dos times de futebol que convocaram para esta quarta-feira (12/03), aos quais se juntaram sindicatos e organizações sociais, resultando em uma enorme mobilização de várias dezenas de milhares em apoio aos aposentados. Tem o valor de uma manifestação genuína de unidade para a luta, para defendê-los contra a repressão, colocando seus corpos como escudo.

As ameaças do governo, de sua ministra Bullrich e da imprensa mobilizada não conseguiram intimidar os manifestantes, mostrando que a situação política está mudando. É preciso atentar para este fenômeno. Diante da paralisia cúmplice da burocracia sindical e das direções políticas, os oprimidos buscaram responder apelando para suas formas mais primitivas e elementares de organização, auto convocando-se.

O dispositivo repressivo foi desproporcional. Estavam prontos para provocar e reprimir bestialmente, mesmo antes da hora do começo. Uma e outra vez, com caminhões hidrantes, disparando balas de borracha e gases à queima-roupa, para evitar que as colunas ocupassem toda a Praça do Congresso.

A vontade de lutar se expressou numa maré humana que volta, uma e outra vez, aos espaços, reconquistando terreno à repressão, reorganizando-se em todo o centro, debatendo a conveniência de marchar em direção à Praça de Maio, em meio às nuvens de gás lacrimogêneo e à fumaça das fogueiras acesas pelos manifestantes. Ninguém parecia disposto a retirar-se.

Como de costume, prepararam todo tipo de provocações para justificar o aparato repressivo, deixando um carro de patrulha para ser incendiado; deixando deliberadamente pilhas de pedras e tijolos; grande quantidade de policiais infiltrados disfarçados de manifestantes, alguns até vestindo camisas de times; lançaram gás no rosto de pessoas mais velhas e as espancaram; “plantaram” grosseiramente uma arma. Os repressores circulavam em carros descharacterizados. Prenderam manifestantes em atitude passiva e que estavam na calçada. Jogaram as motos com as policiais atirando nos manifestantes para encurralá-los. Detiveram mais de 100 manifestantes, vários feridos, dois gravemente.

Nem mesmo com todo esse dispositivo repressivo conseguiram fazer com que os manifestantes se retirassem. E às 20h começou o pânico nos bairros e se concentraram espontaneamente nas esquinas dos bairros para marchar novamente rumo ao centro de Buenos Aires. Uma lição para aqueles que continuam a teorizar sobre os deslocamentos das massas para a direita, sobre aqueles que querem nos convencer que a “correlação de forças” não dá. A ira popular busca como se expressar e encontrou nos trabalhadores aposentados uma referência de resistência unitária e a repressão sistemática do governo. Uma lição também para os aparelhos mesquinhos que continuavam chamando à mobilização noutro dia, dividindo as

forças. As últimas convocações massivas impuseram um terreno de unidade que mostraram toda a sua força. As torcidas organizadas desempenharam um papel extraordinário, como fizeram na última fase da ditadura militar. Hoje, ressoava um canto “Milei, basura (lixo), você é a ditadura!”

Os manifestantes exigem a convocação permanente por parte das CTAs e da CGT para as manifestações dos aposentados, pois os trabalhadores serão os próximos aposentados. Hoje, numerosas delegações sindicais estavam presentes. Mas o que se exige agora é PARALISAR IMEDIATAMENTE O PAÍS e mobilizar em repúdio à bestial repressão, é preciso deter a ação do governo, acabar com seus protocolos repressivos, impor a vigência de todas as liberdades democráticas. Somente a classe operária pode fazer isso, dirigindo a maioria, com suas próprias organizações. Uma declaração de repúdio não é suficiente. Há que golpear o aparato repressivo. Bullrich deve sair imediatamente, responsável por crimes como o de Santiago Maldonado, Rafael Nahuel, as mentiras sobre Nisman e tantos outros atropelos. Os chefes da repressão devem ser destituídos, assim como os repressores identificados. **TODAS AS LIBERDADES ESTÃO SENDO AMEAÇADAS** por este governo que é parte de um regime de ditadura civil.

Precisamos defender a vigência irrestrita de **TODAS AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**, para poder lutar, até mesmo para poder derrubar esse governo antinacional e antioperário.

O governo quer mostrar a seus amos do FMI e do capital financeiro internacional que está disposto a pagar todo o custo político para garantir seus interesses e continuar sufocando a maioria. Mas seus desastres das últimas semanas mostram que perdeu o controle da situação e gera desconfiança no poder econômico que o sustenta. Perdeu o rumo na economia e perdeu o controle sobre as massas que ainda tinham algumas ilusões.

Este governo é uma ameaça para a maioria, um governo desesperado que apela a ajustes e mais ajustes para cumprir com seus mandantes. E para aqueles que protestam paus e mais paus. Temos de debater como acabar com isso para que não cause mais danos. Sabemos que não é uma tarefa fácil, por trás dele está o poder econômico, as grandes corporações nacionais e internacionais, as mesmas que realizaram o golpe genocida em 1976 e se esconderam atrás do disfarce da democracia burguesa, os mesmos de sempre. Acabar com o autoritarismo fascitizante de Milei, com sua ditadura civil, é acabar com todo o regime, com seu controle sobre os principais meios de produção, com os meios de comunicação de massa que são um suporte indispensável; com o sistema de justiça corrupto que garante a impunidade para todos os delitos e os crimes dos mais poderosos; com o Congresso que é cúmplice de todas as suas políticas. Não haverá soberania nacional enquanto não rompermos todas as correntes que nos prendem ao imperialismo.

A classe operária não só precisa recuperar os sindicatos para se defender, precisa construir seu partido político revolucionário que encarne o impulso instintivo de rebelião que se abriga nas massas e que voltou à tona hoje quando, diante dos gases e das balas, gritavam “Que se vão todos, ... e não reste nenhum!”. Para que isso se torne realidade, temos de jogá-los fora com nossas próprias mãos, confiando em nossos próprios meios de luta, em nossa organização.

*Meia-noite de 12 de março de 2025*



## 33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Damos continuidade à exposição das formulações do POR diante da contrarrevolução restauracionista que liquidou a URSS. No *Jornal Massas* anterior, reproduzimos os artigos “Abaixo a sangrenta repressão à Chechênia! Autodeterminação para os chechenos!” (Massas – janeiro de 1994). “Fora qualquer influência do imperialismo na guerra Rússia-Chechênia”; “Sobre a autodeterminação

dos povos” (Massas – fevereiro de 2000); “A restauração capitalista é responsável pela opressão nacional e pelos atos terroristas”; “Opressão nacional e terrorismo”; “É preciso expor a raiz da tragédia” (Massas – 2004).

Abaixo a reprodução do artigo do *Jornal Massas* de abril de 1997.

### A Rússia restauracionista se enfraquece cada vez mais perante as potências imperialistas

A Revolução de Outubro de 1917 permitiu a constituição da União das Repúblicas Soviéticas que, apesar de não ter podido alcançar o alto desenvolvimento econômico das nações imperialistas, possibilitou à Rússia se projetar internacionalmente. Contra o avanço da transição do capitalismo para o comunismo, que só poderia se completar com o desenvolvimento da revolução mundial, o imperialismo estruturou um cerco econômico-militar à ex-URSS.

Durante vários decênios, prevaleceu a chamada “guerra-fria” entre a Rússia e os países imperialistas. “Guerra-Fria” significou política estratégica das potências capitalistas para destruir as conquistas da Revolução de Outubro. Apesar de Stalin procurar a “coexistência pacífica” com o imperialismo e professar a tese do “socialismo em um só país”, através das quais auxiliou na derrota de inúmeros movimentos revolucionários, as potências não deixaram de aumentar constantemente o cerco mundial à Rússia.

A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi erigida, no pós-guerra, como instrumento bélico contra a Rússia e demais países que trilhavam o caminho do socialismo. Sob a direção de Stalin, a economia soviética foi dirigida em grande medida para o armamentismo. O que tornou a Rússia uma potência militar, mas não uma potência econômica à altura dos países capitalistas mais poderosos. Se a organização militar da União Soviética contra o imperialismo era necessária, por si só pouco significado poderia ter para enfrentar a principal arma do imperialismo, que era o domínio da economia mundial, da qual nenhum país poderia se desligar.

A quebra do cerco imperialista dependia fundamentalmente do desenvolvimento da revolução socialista em outros países, que abarcasse algum dos países capitalistas desenvolvidos. Os avanços do proletariado mundial, no período de Stalin, como a Revolução Chinesa, foram significativos para conter as ameaças do imperialismo. Entretanto, não evitaram o processo de estalinização, que abria caminho para a restauração burguesa.

O esgotamento das possibilidades do socialismo nacional e o sistema burocrático de dependência dos demais países de economia estatizada à ex União Soviética acabaram por abrir as portas para a restauração, que emergiu com toda força na atualidade. Progressivamente, a economia da Rússia foi se distanciando cada vez mais da capacidade dos países imperialistas, estagnando-se e sofrendo profundos retrocessos.

O poderoso sistema militar desabou aparentemente como um passe de mágica. Em realidade, a rendição da Rússia através dos acordos realizados com os Estados Unidos refletiu sua desagregação econômica. Dessa forma, a derrocada não se deu pela via da invasão militar como temia Stalin, que a utilizava como argumento para pôr em marcha sua política de “coexistência pacífica”. A derrocada da ex-União Soviética veio pela asfixia econômica, como

previu Leon Trotsky. Essa via era mais barata e mais segura para o imperialismo.

Agora que a burguesia mundial logrou desintegrar a burocracia estalinista e colocar seus fragmentos a serviço da restauração, tornou-se mais tranquilo realizar o cerco final. O Presidente Clinton pouco se importa com a encenação de Bóris Yeltsin contra estender a OTAN até as fronteiras da Rússia, incorporando nessa organização os países que outrora participaram do ex Pacto de Varsóvia.

Diante da decisão do imperialismo de colocar suas tropas na fronteira da Rússia, a Ucrânia, que participa da CEI (Conselho de Estados Independentes), surgida do desmembramento da União Soviética, se dispôs a negociar um acordo para colocar o Porto de Sebastopol a serviço da OTAN. Fica evidente que quanto mais avançar a restauração capitalista nos países em que no passado a revolução proletária triunfou mais ofensivo será o imperialismo do ponto de vista militar e mais vulneráveis se tornarão esses países à opressão nacional.

Certamente, a expansão da OTAN não diz respeito apenas ao cerco militar sobre a Rússia, mas também à necessidade de aumentar os gastos com a indústria armamentista, uma das formas parasitárias da economia capitalista. As estimativas mais conservadoras calculam cerca de 27 a 35 bilhões de dólares que serão injetados nesse setor. O Congresso norte-americano estima a astronômica cifra de 60 a 125 bilhões de dólares. Como se vê, o imperialismo é a época mais promissora do armamentismo e de guerras. O desmornamento da União Soviética abre caminho para as tendências belicistas do imperialismo.

Esse quadro só poderá ser revertido se o proletariado se levantar contra a burocracia restauracionista, recompor as forças revolucionárias em direção ao comunismo e travar a implacável luta anti-imperialista. Somente o programa da revolução mundial, que se sintetiza no Programa de Transição da IV Internacional, poderá fazer frente a nova investida militarista. A construção do Partido Mundial da Revolução Proletária é a tarefa histórica de maior urgência.

(Massas no 130 Segunda quinzena de abril de 1997)

LANÇAMENTO!

R\$ 40

**PALESTINA**  
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E  
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do *Jornal Massas*.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

